



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

CARLOS ROBSON SOUZA DA SILVA

ACERVOS DE ÁUDIO: REDUTOS DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL NAS EMISSORAS
DE RÁDIO EVANGÉLICAS DE FORTALEZA

FORTALEZA, CE

2015

CARLOS ROBSON SOUZA DA SILVA

ACERVOS DE ÁUDIO: REDUTOS DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL NAS
EMISSORAS DE RÁDIO EVANGÉLICAS DE FORTALEZA

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação como requisito parcial para a obtenção de título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Wagner Chacón.

FORTALEZA, CE

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

S579a Silva, Carlos Robson Souza da
Acervos de áudio: redutos de memória institucional nas emissoras de rádio evangélicas de Fortaleza / Carlos Robson Souza da Silva. – 2015.
82 f.: il.;30 cm.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências da Informação, Curso de Biblioteconomia, Fortaleza, 2015.

Orientação: Prof. Dr. Antônio Wagner Chacón

1. Memória Institucional. 2.Emissoras de rádio evangélicas 3. Gestão de Acervos de áudio I. Título.

CDD 658.4038

CARLOS ROBSON SOUZA DA SILVA

ACERVOS DE ÁUDIO: REDUTOS DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL NAS EMISSORAS
DE RÁDIO EVANGÉLICAS DE FORTALEZA

Monografia apresentada ao curso de
Biblioteconomia do Departamento de Ciências
da Informação como requisito parcial para a
obtenção de título de bacharel em
Biblioteconomia.

Aprovada em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr.º Antonio Wagner Chacón Silva (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.º Dr.º Jefferson Veras Nunes

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.ª Ms.ª Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.ª Ms.ª Odete Máyra Mesquita Coelho

Universidade Federal do Ceará (UFC)

À igreja perseguida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus e Pai do Senhor Jesus Cristo, que o enviou em favor de muitos para que, por meio da palavra de pregação, pudessem ser salvos. Ao Senhor Jesus Cristo que, sendo Deus, abandonou sua glória, se tornou semelhante aos homens e foi feito menor do que os anjos, de modo que sentiu de nossas fraquezas, foi rejeitado, sofreu morte (e morte de Cruz), mas ao terceiro dia ressuscitou, soprando de seu Espírito Santo sobre os seus discípulos, enviando-os a pregar em tempo e fora de tempo as boas novas da salvação, sabendo que a fé vem pelo ouvir e o ouvir, vem pela palavra de Deus. E ao Espírito Santo que não abandonou o seu povo, antes os guiou, suportou, aperfeiçoou, por eles intercedeu e nele distribuiu de seu poder, de modo que até aos dias de hoje é anunciado o Evangelho, seja dentro de cavernas, em catacumbas, por cima de palanques ou mediados pelo rádio.

À Universidade Federal do Ceará, que me acolheu e me forneceu meios para chegar até aqui.

Agradeço ao Prof. Dr. Wagner Chacon, que topou me orientar na confecção da presente monografia, lendo-a, revisando-a e me “permitindo” invadir suas salas de aula e atazanar sua vida com sinais de alerta no Whatsapp.

Agradeço à Profa Ms. Aurea Montengro e ao Prof. Dr. Jefferson Veras por aceitarem fazer parte da minha banca examinadora, assim como à Profa. Ms. Máyra Mesquita por sua humildade em atuar como suplente dessa banca.

Às emissoras de rádio evangélicas que cederam espaço para a presente pesquisa, e também às que não quiseram.

Ao professor Nonato Lima, do Departamento de Comunicação Social, que, no começo dessa monografia, me ajudou com esclarecimentos sobre o rádio cearense e não se absteve em selecionar textos para compor o meu referencial teórico. À professora Erotilde Honório, da UNIFOR, que cedeu horário em sua agenda para que tivéssemos uma conversa maravilhosa sobre memória radiofônica e acervos de áudio. À Rádio Universitária, que me cedeu espaço para entender como funcionava a gestão de seus acervos de áudio.

À minha mãe, Angelica, e ao meu pai, Nonato, por me apoiarem durante toda a minha vida e principalmente agora durante a faculdade, na qual eles me apoiaram totalmente, sabendo que eu gosto e que sei o que faço. Aos meus irmãos Kevin e Gleriston, com quem convivi todos

os dias da minha vida e que sempre estiveram ao meu lado, e à minha cunhada, Josiane, que nos deu os melhores sobrinhos que alguém poderia ter, Guilherme e Letícia. Ao melhor tio do mundo, Aparecido, e ao meu primo Júnior, que mais parece um irmão.

Aos meus irmãos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Templo Central em João Paulo II, principalmente à mocidade, com quem vivo e convivo os percalços da vida cristã. À Ester, que é a melhor e mais incrível irmã que alguém poderia ter, ao Miquéias, que, na verdade, sempre esteve ao meu lado, como um verdadeiro pai na fé, ao Abimael e ao pastor Leônidas Cabral, que me ensina coisas incríveis sobre a fé e que me ajudou a conseguir uma das entrevistas.

Claro, agradeço aos meus melhores amigos, amigos esses que conheci na escola e com os quais pretendo viver o resto da minha vida. À Lara, por me receber em sua casa, compartilhar comigo sua Internet, me alimentar muitas vezes, assistir (ou não) comigo nossas séries favoritas, fugir comigo para o cinema e compartilhar comigo sonhos extraordinários, assim como agradeço à sua mãe. Ao Everton por sempre lutar pelos seus ideais e, nas horas vagas, nos levar ao cinema. À Jéssica, que compartilha comigo dores, lutas, risos, gargalhadas. E à Aretha, a quem eu amo, até mesmo sem querer.

À minha escola, EEFM Aloysio Barros Leal, que nunca me desamparou e que me apoiou totalmente quando me decidi pela Biblioteconomia e que me tem como bem precioso. À professora Francilúzia, que me ajudou, na época do Laboratório de Ciências, a criar essa fama e que me proibiu de não prestar o ENEM.

Aos meus colegas, parceiros, amigos e irmãos do curso de Biblioteconomia, que desde 2011.2, estão do meu lado, sofrendo as mesmas dores, alegrando-se das mesmas situações, estudando, trabalhando, ensinando e fazendo com que aqueles que nos chamavam de desanimados se calassem, pois nunca houve turma como essa (e não tenho medo de dizer isso). À Deyse Karla, Felipe Lopes, Raíssa Mohana, Felipe Alves, Natanna Santana, Nathália Alves, Nathalia Ferreira, Bruna Lorena e Brena Lima.

Aos estudantes e professores do curso de Biblioteconomia com quem tive contato e criei fortes laços de amizade. Ao Centro Acadêmico de Biblioteconomia Ramiz Galvão.

À profa. Dra. Virgínia que me incentivou com o tema desta monografia. Ao seu João, ao Haroldo e à Lu.

Às professoras Andrea Pinheiro e Cátia Silva e aos colegas da disciplina de Educomunicação do Curso de Sistemas e Mídias Digitais da UFC, que me presentaram com uma viagem maravilhosa à Nova Olinda. Aos membros da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri.

À Dra. Diana.

Ao Gil e ao Roberto, meus irmãos na fé, que, como eles dizem, *me permitiram ter acesso ao conhecimento*.

Ao pessoal da Faculdade Ateneu, que confiando no meu potencial, me ofereceu a oportunidade de lidar, pela primeira vez, com as práticas bibliotecárias e que me ajudou a moldar a minha formação profissional. À Francinir Batista e Magna Gadelha, bibliotecárias incríveis à Adriana, Manu, Kaline, Vlândia, Tainah e Joene, que formavam a melhor equipe de estagiárias e auxiliares de biblioteca, e ao Ênio, que me *suportava* na informática. Aos alunos.

À Larah Pimenta e à Natanna Santana por terem criado o Informação sem Fronteiras. Aos meus voluntários, os estudantes Nádía Helena, Amanda Ribeiro, Alice Guilherme, Juliana Marquet, Nathalie Morais, Hivana Serpa, Deyse Araújo, Jackson Clayton, Rosa Perpétua, Thaiana Barros, Fabiana Lins, Karoline Silveira e José Uchôa e as bibliotecárias Vanessa Lima e Sabrina Rocha que, humildemente, tanto se dedicaram e ajudaram para que o projeto se consolidasse e se desenvolvesse no seio da Biblioteconomia cearense.

Aos que participaram do Grupo de Estudos em Gestão de Unidades de Informação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras que nos permitiu aprender bastante por meio de sua biblioteca que, por sua vez, nos serviu de verdadeiro laboratório. À Diego, Vítor, profa. Dra. Ana Márcia, Juliana, Brenda e todos os outros que nos receberam e nos apoiaram ali.

E, por fim, agradeço à professora Aurea por segurar esse projeto com suas mãos e compartilhá-lo comigo. Por ser uma chefe tão fantástica, que me repreende nos meus erros, me parabeniza nos meus acertos, que confia em mim e que, por mim, arranja até briga nas instâncias superiores se for possível. A ela só posso agradecer e desejar que o Senhor a abençoe com bênçãos inauditas.

“E tomando o pão e havendo dado graças, partiu-o e deu-lho, dizendo:

Isto é o meu corpo, que por vós é dado;

fazei isto em memória de mim.”

(BÍBLIA, N. T. Lucas 21. 19)

RESUMO

Investiga a importância preservação da memória sonora nas emissoras de rádio evangélicas em Frequência Modulada (FM), visto que os acervos de áudio são uns de seus principais redutos de memória institucional. Tem, como objetivo geral, apontar a preservação da memória sonora presente nos acervos de áudio, entendendo-os como expressão significativa da memória institucional nessas emissoras, e, como objetivos específicos: a) Verificar a importância da memória para essas emissoras; b) Identificar se há preocupação com a preservação dos acervos de áudio nas emissoras estudadas; e c) Descobrir qual a influência da memória na gestão dos acervos de áudio nessas emissoras. Apresenta um histórico do rádio e a apropriação do meio pela igreja evangélica. Conceitua memória, memória institucional e Responsabilidade Social Histórica. Discute os conceitos, história e questões legais que envolvem os acervos de áudio de emissoras de rádio. A presente pesquisa é do tipo exploratória, com abordagem qualitativa, que utiliza como método de sustentação científica o funcionalismo. Usa dois instrumentos de coleta de dados, os quais foram o questionário de perguntas abertas e fechadas e a entrevista, tendo como locus as emissoras evangélicas de rádio FM com programação total ou parcialmente local e como sujeitos de pesquisa os responsáveis diretos pelo gerenciamento dos acervos de áudio. Conclui que as emissoras estudadas têm consciência de que os acervos de áudio são expressões significantes de sua memória institucional e, assim, investem na sua preservação.

Palavras-chave: Memória Institucional. Emissoras de rádio evangélicas. Gestão de Acervos de Áudio.

ABSTRACT

Investigates the importance of preservation of the sound memory in the evangelical radio stations in Frequency Modulation (FM), since the audio collections are one of its main strongholds of institutional memory. Has, as general objective, points the importance of the preservation of the sound memory existent in the audio collections as significant expression of the institutional memory in these stations, and, as specific objectives: a) Verify the importance of the memory to these stations; b) Identify if there's preoccupation with memory the preservation of the audio collections in the studied stations; and c) Figure out which influence the memory has in the management of the audio collections in these stations. Shows a history of the radio and the evangelical churches appropriation of the media. Conceptualize memory, institutional memory, Social and Historical Responsibility. Discuss the concepts, history and legal issues that evolves the audio collections of radio stations. This research is an exploratory research, with qualitative approach, which uses as scientific support method the functionalism. Uses two data collect instruments, which were a survey, with open and closed questions, and an interview, having as locus the FM evangelical radio stations which programming are total or partial local and as research subjects the directly responsible of the management of the audio collections. Concludes that the studied stations are conscious that the audio collections are significant expressions of their institutional memory, and thus invest in their preservation.

Keywords: *Institutional Memory. Evangelical radio stations. Management of audio collections.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|-------------------------------------|----|
| Figura 1 – Emissora 1 – Resposta 1 | 55 |
| Figura 2 – Emissora 2 – Resposta 1 | 55 |
| Figura 3 – Emissora 3 – Resposta 1 | 55 |
| Figura 4 – Emissora 4 – Resposta 1 | 56 |
| Figura 5 – Emissora 1 – Resposta 2 | 57 |
| Figura 6 – Emissora 2 – Resposta 2 | 57 |
| Figura 7 – Emissora 4 – Resposta 2 | 57 |
| Figura 8 – Emissora 3 – Resposta 2 | 58 |
| Figura 9 – Emissora 1 – Resposta 3 | 59 |
| Figura 10 – Emissora 2 – Resposta 3 | 59 |
| Figura 11 – Emissora 3 – Resposta 3 | 60 |
| Figura 12 – Emissora 4 – Resposta 3 | 60 |
| Figura 13 – Emissora 1 – Resposta 4 | 61 |
| Figura 14 – Emissora 2 – Resposta 4 | 62 |
| Figura 15 – Emissora 4 – Resposta 4 | 62 |
| Figura 16 – Emissora 1 – Resposta 5 | 63 |
| Figura 17 – Emissora 2 – Resposta 5 | 64 |
| Figura 18 – Emissora 3 – Resposta 5 | 64 |
| Figura 19 – Emissora 4 – Resposta 5 | 65 |
| Figura 20 – Emissora 2 – Resposta 6 | 65 |
| Figura 21 – Emissora 3 – Resposta 6 | 66 |
| Figura 22 – Emissora 4 – Resposta 6 | 66 |
| Figura 23 – Emissora 1 – Resposta 7 | 67 |
| Figura 24 – Emissora 2 – Resposta 7 | 67 |
| Figura 25 – Emissora 3 – Resposta 7 | 68 |
| Figura 26 – Emissora 4 – Resposta 7 | 68 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.1 | JUSTIFICATIVA..... | 17 |
| 1.2 | OBJETIVO GERAL..... | 19 |
| 1.2.1 | Objetivos Específicos..... | 19 |
| 2 | RÁDIO: DAS EXPERIÊNCIAS COM ELETRICIDADE ÀS IGREJAS ELETRÔNICAS EM FORTALEZA | 20 |
| 2.1 | O RÁDIO NO BRASIL..... | 23 |
| 2.2 | AS RÁDIOS EVANGÉLICAS NO BRASIL | 28 |
| 2.3 | O RÁDIO NO CEARÁ: A ERA DE OURO..... | 30 |
| 2.3.1 | A FM, a Segmentação e a Religiosidade | 32 |
| 3 | MEMÓRIA: CONCEITOS E PERSPECTIVAS | 34 |
| 3.1 | MEMÓRIA NO CONTEXTO DO CRISTIANISMO | 36 |
| 3.2 | MEMÓRIA INSTITUCIONAL: PRODUTO DA RESPONSABILIDADE HISTÓRICA | 38 |
| 3.2.1 | O Conceito de Memória Institucional..... | 40 |
| 3.2.2 | Memória Institucional: alguns exemplos práticos..... | 42 |
| 4 | ACEVOS DE ÁUDIO E MEMÓRIA INSTITUCIONAL NO RÁDIO | 44 |
| 4.1 | DOCUMENTOS SONOROS | 47 |
| 4.1.1 | Evolução dos documentos sonoros..... | 498 |
| 4.1.2 | Documentos sonoros no Rádio | 49 |

| | | |
|----------|--|-----------|
| 4.2 | SAÍDAS DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL PARA AS EMISSORAS DE RÁDIO .. | 50 |
| 5 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 52 |
| 6 | RESULTADOS E DISCUSSÃO | 54 |
| 6.1 | EMISSORAS DE RÁDIO EVANGÉLICAS EM FORTALEZA | 54 |
| 6.2 | MEMÓRIA EVANGÉLICA | 55 |
| 6.2.1 | Memória evangélica no Ceará contemporâneo | 56 |
| 6.2.2 | Emissoras de rádio e a preservação da memória evangélica | 58 |
| 6.3 | MEMÓRIA INSTITUCIONAL NAS EMISSORAS DE RÁDIO | 60 |
| 6.3.1 | Políticas de Memória Institucional | 60 |
| 6.3.2 | Acervos de áudio nas Políticas de Memória Institucional | 63 |
| 6.4 | GESTÃO DE ACERVOS DE ÁUDIO | 64 |
| 6.4.1 | Gerenciamento dos documentos sonoros: preservação e descarte | 65 |
| 6.4.2 | Uso dos documentos sonoros..... | 67 |
| 6.4.3 | Medidas estratégicas para a preservação dos acervos de áudio | 69 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 71 |
| | REFERÊNCIAS | 75 |
| | APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA | 79 |
| | APÊNDICE 2 – LISTA DE EMISSORAS DE RÁDIO EVANGÉLICAS DE FORTALEZA E REGIÃO METROPOLITANA EM 2015..... | 82 |

1 INTRODUÇÃO

A memória se tornou um dos insumos mais importantes da sociedade contemporânea. O chamado *boom* memorialístico (RIBEIRO; BARBOSA, 2008) se estendeu às empresas, que encontraram na memória uma oportunidade de estreitar o seu relacionamento com os seus clientes, demonstrando através da história e da memória uma afinidade entre estes e os seus produtos.

A Memória Institucional, assim como é chamada a memória utilizada pela empresa, visando o relacionamento histórico e afetivo com as comunidades às quais atende, tem um papel muito importante quando levada em conta por uma empresa, pois ela, segundo Rueda, Freitas e Valls (2011, p. 86), “[...] remete à ideia de legitimidade, criação [de] identidade [...]”. A memória institucional é, portanto, de grande importância para legitimar as organizações, preservando a sua memória e também a sua identidade social.

Ribeiro e Barbosa (2007) apontam que essa busca por uma memória que consolide a identidade organizacional e o seu relacionamento histórico com a sociedade foi também realizada pelas empresas de comunicação, como nas Organizações Globo e nos Diários Associados. Ambas as organizações realizaram projetos e eventos visando promover a importância social de suas próprias memórias.

Apesar de que o rádio esteja entre as mídias que compõem as duas empresas de comunicação citadas, as iniciativas de implantação de projetos, centros ou eventos de memória institucional nas e pelas emissoras de rádio são muito raras ou muito pouco pesquisadas ou analisadas sob os pontos de vista da História, da Comunicação ou mesmo da Biblioteconomia.

O rádio pode ser considerado uma das invenções mais revolucionárias da humanidade. Uma vez criado, tornou-se um meio de comunicação de grande utilidade, principalmente por permitir a transmissão de informação à longa distância. O meio chegou ao Brasil “[...] a 7 de setembro de 1922, como parte das comemorações do Centenário da Independência [...]”, podendo-se considerar a estreia da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro de Roquette Pinto e Henry Morize, em 1923, “[...] como data de instalação da radiodifusão no Brasil.” (ORTRIWANO, 1985, p.13).

A importância do rádio e de suas emissoras no mundo e no Brasil é refletido na atuação do meio de comunicação em eventos e períodos significantes da história recente. Internacionalmente, é possível identificar emissoras historicamente importantes, como a americana KDKA, a primeira emissora de rádio do mundo, e a inglesa British Broadcasting Company (BBC), que até hoje desponta como uma das mais importantes emissoras de rádio no mundo.

No Brasil, as emissoras de rádio acompanharam o desenvolvimento do país e seus principais eventos históricos. A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi marcada por iniciar oficialmente o uso do rádio no Brasil na década de 1920. A Rádio Clube do Brasil, também da década de 1920, foi a primeira emissora a obter autorização para transmitir publicidade. A Mayrink Veiga do Rio de Janeiro liderou os índices de audiência nos anos 1930.

Entretanto foi a Rádio Nacional do Rio de Janeiro a emissora mais destacada da história do rádio no Brasil, uma vez que foi o palco da chamada Era do Ouro do Rádio brasileiro. Nela, as produções artísticas e jornalísticas, antes existentes apenas em meios convencionais, assumem contornos massivos e alcançam características de profissionalidade. No Ceará, porém, o rádio foi conduzido e aperfeiçoado pela Ceará Rádio Clube durante a introdução do veículo no estado e em toda a Era de Ouro.

Porém, com o fim da Era de Ouro, as emissoras de rádio tiveram que passar por uma nova fase. Com a perda da audiência para a televisão, as emissoras passaram a ter pouco faturamento e, conseqüentemente, também pouca possibilidade de investimento. Assim a programação das emissoras passou a ser preenchida mais por músicas e programas que não demandassem muitos custos. “Começa a acentuar-se a especialização das emissoras, procurando cada uma delas um público específico.” (ORTRIWIANO, 1985, p. 22).

Esse movimento de especialização permitiu que, além das empresas e instituições públicas, ONGs, associações comunitárias, sindicatos e igrejas passassem a se apropriar deste meio de comunicação, como forma de transmitir programações especializadas de acordo as suas próprias filosofias, objetivos e público-alvo.

As igrejas cristãs (dos ramos católico e protestante) inicialmente se opuseram ao uso desses meios de comunicação, por serem considerados malignos e “coisa do diabo”. Segundo Santos (2011, p. 4), a Igreja Católica inicialmente rejeitou o uso dos meios de comunicação por serem instrumentos usados pelas forças do mal e que “[...] propiciavam a aceleração do

Protestantismo [...]”. Em contrapartida, o autor também afirma que, “no protestantismo havia algumas igrejas que se opunham a utilização do rádio como veículo decente para pregar a palavra de Deus” (SANTOS, 2011, p. 7), além de serem considerados por alguns como “fonte de maldição”.

Entretanto com o passar dos anos tanto as igrejas protestantes como a Igreja Católica deixaram seus preconceitos e passaram a utilizar o rádio como meio de pastoreio, pregação do Evangelho e de veiculação de informações que reflitam os seus dogmas, doutrinas e costumes. Com o passar do tempo também foram se consolidando emissoras e redes de comunicação reconhecidas pela sociedade e que são especificamente religiosas, como a Rede Aleluia, da Igreja Universal do Reino de Deus, e a Canção Nova, da Igreja Católica Apostólica Romana.

As emissoras evangélicas, porém, se destacaram, uma vez que aderiram aos meios de comunicação com mais afinco, desde que a chamada segunda onda do pentecostalismo chegou ao Brasil, na década de 1960, tornando o veículo não somente mais um método para a pregação do Evangelho, mas como uma característica peculiar de muitas igrejas e pertencente a sua imagem, como é o caso das igrejas Deus é Amor e Universal do Reino de Deus.

No Ceará, as emissões de ambas as igrejas também se fizeram presentes. Apesar de haver emissoras AM de segmento evangélico, foram as emissoras FM que se destacaram na cidade de Fortaleza. Emissoras como a Logos FM, da Comunidade Cristã Logos, e a Rádio Canaã FM, da Assembleia de Deus Ministério Canaã, são destaque no meio evangélico na irradiação de músicas e pregações evangélicas, tornando-se parte importante da cultura evangélica no Ceará.

Entendendo a importância dessas e das demais emissoras protestantes, principalmente as que transmitem em Frequência Modulada (FM), para a cultura dos evangélicos cearenses, é interessante refletir sobre a preservação de suas memórias tanto como ferramenta de relacionamento com os clientes, como de Responsabilidade Histórica, uma vez que a memória radiofônica cearense também faz parte da memória coletiva do Estado.

A memória radiofônica é expressa sob duas formas, segundo Gomes e Santos (2004): através da memória coletiva, que pode incluir as memórias dos fundadores e desenvolvedores da radiofonia, assim como as memórias de recepção; e através da memória sonora inserida nas gravações das irradiações realizadas pelas emissoras e materializadas nos acervos de áudio existentes no interior das emissoras.

Ambas as memórias podem ser resgatadas, preservadas e valorizadas, visando atender aos propósitos da memória institucional de manter um relacionamento afetivo com o público-alvo através da história e oferecer à sociedade parte da sua memória. Entretanto o relatório resultante da pesquisa conjunta da Associação Brasileira de Rádios Públicas – ARPUB, com o Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina e Laboratório de Políticas de Comunicação da UnB – LAPCOM (ACERVO..., 2013) e o artigo de Rodrigues e Silva (2009) demonstram que a memória sonora das rádios brasileiras por muito tempo não recebeu a devida atenção ou mesmo deixou de existir, o que se torna em empecilho para a recuperação da memória institucional das emissoras de rádio.

Devido a essa situação da memória radiofônica no Brasil e, em contrapartida, o advento da memória institucional, impulsionado pelo *boom* memorialístico, quer-se saber: de que forma as emissoras de rádio FM evangélicas de Fortaleza estão dando importância para a preservação de sua memória sonora, visto que os acervos de áudio são uns de seus principais redutos de memória institucional?

1.1 JUSTIFICATIVA

Por toda a infância e adolescência, o meu despertador dominical ficava a cargo do programa “As Canções que Você fez pra mim”, da FM 93,9, apresentado por Dudu Braga. Meu pai, o fã mais incondicional de Roberto Carlos que eu já conheci na minha vida, não se esquecia da rotina quase religiosa de ligar o rádio e movimentar o dial para ouvir o seu programa favorito.

Minha mãe ficava a cargo de manter o rádio vivo no cotidiano, a ponto de, às vezes, me deixar irritado por não poder assistir televisão. Ela ligava o toca-discos do aparelho de vez em quando, mas ainda assim não era páreo para o dial, que a acompanhava em suas afazeres domésticos. Começava bem cedo, uma mescla de forró, sertanejo e músicas internacionais e só findava na tardezinha, com aqueles programas com músicas que embalaram a sua juventude.

Ainda criança, um dos meus primeiros presentes foi um pequeno rádio transistorizado, que me rendeu uma foto de recordação e muitas aventuras na idade da imaginação. Eu me

sentia o máximo, era mil vezes melhor do que os carrinhos e os bonecos de ação que qualquer outra criança poderia ter.

A minha adolescência também foi transformada pelo rádio. As emissoras de rádio que procuravam atingir o público jovem foram as minhas opções favoritas. O meu primeiro celular me proporcionou a possibilidade de ouvi-las com a privacidade almejada pelos jovens contemporâneos. Entretanto a minha relação com o rádio começou a sofrer mudanças com a minha conversão, porque as programações e músicas das emissoras seculares deixaram de fazer sentido e, com o tempo, o dial passou a se movimentar para as emissoras de cunho evangélico.

A minha conversão também me proporcionou uma nova paixão: a história da igreja. As controvérsias, as influências, as contribuições, as perdas, os ganhos, dentre tantas outras características dessa área do conhecimento foram o suficientes para me atrair nas minhas leituras e também das minhas pesquisas.

O rádio é um evento importante na história recente da igreja como um todo. A sua utilização pelos protestantes históricos, cujas denominações são provenientes da Reforma Protestante do século XVI, e principalmente pelas denominações pentecostais até os dias de hoje apontam para a formação de novas maneiras de ministrar cultos, de se pregar o Evangelho e até mesmo de pastorear a igreja.

A Assembleia de Deus, denominação cristã da qual faço parte, em uma série de comemorações do seu centenário, que ocorreu em 2014, lançou, em 2013, a sua própria emissora de rádio (a Templo Central FM). Esse evento foi importante para os fieis e administradores da igreja, pois foi um marco no seu desenvolvimento, que teve seus primeiros passos no Brasil, entre as classes mais baixas da sociedade. A emissora ainda é novidade, mas já faz parte da história da denominação e com certeza será mencionada em seus anais.

A necessidade de preservar a história e a memória das práticas radiofônicas das igrejas evangélicas nasce não como forma de preservar a memória da elite, da moral e dos bons costumes ou de alguma ideologia política, mas é a necessidade de preservar a história das estruturas sociais que levaram à apropriação do meio pelas igrejas, assim como a memória de um grupo de comunidades evangélicas emissoras e receptoras de informação radiofônica.

Por outro lado, foi através de leituras extras que conheci a Memória Institucional e sua busca por preservar a memória das organizações e, conseqüentemente, da sociedade que as

cercam. A Memória Institucional tornou-se para mim a solução para o problema hipotético de desinteresse generalizado na preservação da memória nas rádios evangélicas, principalmente devido as suas abordagens social (refletida na preservação da memória pela história oral) e material (refletida na promoção da preservação dos documentos que dizem respeito às histórias das organizações).

Este trabalho justifica-se pela necessidade sentida de se preservar não memórias utilitaristas, comerciais, mercadológicas, mas por preservar memórias de gente que nasceu, cresceu, se desenvolveu e que pretende viver até os últimos dias de sua vida ao som do rádio, seja de qualquer etnia, ideologia, ritmo ou religião a que ela pertença.

E também pelo desejo que se tem de mostrar as possibilidades de atuação do bibliotecário como profissional capaz de capturar, processar, organizar, recuperar, disseminar e transferir a informação gerada no rádio.

1.2 OBJETIVO GERAL

Apontar a importância da preservação da memória sonora presente nos acervos de áudio como expressão significativa da memória institucional das emissoras evangélicas de rádio FM.

1.2.1 Objetivos Específicos

- a) Verificar a importância da memória para as emissoras evangélicas de rádio FM de Fortaleza, CE.
- b) Identificar a preocupação com a preservação dos acervos de áudio das emissoras evangélicas de rádio FM de Fortaleza, CE.
- c) Descobrir qual a influência da memória na gestão dos acervos de áudio das emissoras evangélicas de rádio FM de Fortaleza, CE.

2 RÁDIO: DAS EXPERIÊNCIAS COM ELETRICIDADE ÀS IGREJAS ELETRÔNICAS EM FORTALEZA

O rádio (conceito e veículo) passou pelas mãos de muitos inventores antes de se tornar meio de comunicação de massa. Os descobrimentos sobre eletricidade, ondas eletromagnéticas e, principalmente, sobre como transmitir informação através delas foram resultados da pesquisa de muitos cientistas.

Sampaio (1984) cita Benjamin Franklin, Lesage, Coxe, Francis Ronald, Henry, entre outros, como nomes importantes no período anterior ao invento do rádio. Para Ferraretto (2001), as ideias de Franklin, Hans Christian Oersted, Joseph Henry e Michael Faraday foram importantes para o desenvolvimento dos precursores do rádio: o telégrafo e o telefone.

O telégrafo e o telefone são meios de comunicação que se utilizam de fios elétricos para transmitir informação de um aparelho emissor para outro receptor. Segundo Sampaio (1984), foi ao saber que Franklin havia concluído que a eletricidade transmitida por fios não diminui com a distância que Samuel Morse, inventor do telégrafo, decidiu criar uma máquina que transmitisse inteligência.

Ferraretto (2001) afirma que o telégrafo foi criado, entre 1832 e 1837, por Samuel Morse, permitindo a transmissão de sinais gráficos (código Morse), através de impulsos elétricos emitidos pelo aparelho. O telefone viria com Alexander Graham Bell, em 1876, permitindo a transmissão de sons.

Assim como o telégrafo foi resultante dos estudos com Eletricidade, os inventos que nasceram da necessidade de se transmitir informação à distância sem utilização de fios devem seu sucesso aos estudos de Ondas Eletromagnéticas.

Ferraretto (2001) sugere Maxwell, Hertz, Edouard Branly e Oliver Lodge como personagens importantes e precursores para as transmissões efetivas de rádio. Os estudos sobre ondas eletromagnéticas, sua transmissão e recepção no campo eletromagnético foram “[...] passo fundamental para o desenvolvimento da radiotelegrafia.” (FERRARETO, 2001, p. 82).

A radiotelegrafia, por sua vez, é o passo fundamental para a instauração da radiofonia. O invento utilizava-se dos princípios da telegrafia e os estudos de propagação e recepção de

ondas para transmitir mensagens telegráficas sem a utilização de fios. Guglielmo Marconi foi o responsável por realizar, em 27 de julho de 1896, “[...] a primeira demonstração pública confirmada da radiotelegrafia” (FERRARETTO, 2001, p. 82).

Nesse sentido e como encontrado no artigo de Leonildo Campos (2004, p. 151), a invenção da radiodifusão ficou consagrada ao italiano “[...] Guilherme Marconi na passagem do século XIX para o XX, a partir do aperfeiçoamento de invenções e experiências realizadas por James C. Maxwell e H. Hertz, na segunda metade do século XIX.”. Com a radiotelegrafia, a radiofonia despontou como nova possibilidade de comunicação à distância.

Há relatos que atribuem a outros a invenção da radiodifusão, apesar de que Guglielmo Marconi seja o único reconhecido oficialmente. Porém autores como Moreira (2005), consideram que a invenção do meio deve a Nikola Tesla sua existência, e outros, como Tavares (1999) e Sampaio (1984) apontam as descobertas e experiências do padre brasileiro Roberto Landell de Moura.

Segundo Moreira (2005, p.27), foram “[...] as experiências com a eletricidade [que] conduziram Nikola Tesla às ondas de rádio.” Apesar disso, para a autora, Tesla, sérvio radicado nos Estados Unidos, não conseguiu a patente da invenção por alguns motivos: o seu interesse em criar uma rede de distribuição elétrica gratuita, a nascente indústria do setor e a revisão feita pelo Departamento de Patentes dos Estados Unidos, que transferiu os direitos para Guglielmo Marconi.

Já Padre Roberto Landell de Moura, que apesar de obter patentes de suas invenções, não conseguiu ser reconhecido como inventor devido à concentração das atenções para os Estados Unidos e a Europa. “Como se refere Fernando Caduro, o desconhecimento a respeito das pesquisas de Roberto Landell de Moura pode ter raízes políticas e econômicas”. (FERRARETTO, 2001, p. 85).

Portanto foi a Guglielmo Marconi que foi dada a honra de ser considerado inventor da radiodifusão. Apesar disso, Ferraretto, não esquecendo os devidos méritos do inventor, afirmou que “[...] a invenção do rádio é atribuída erroneamente a Guglielmo Marconi, mas do que tudo, o inventor foi um industrial astuto e empreendedor.” (2001, p. 82). Isso porque Marconi reaproveitou todos os inventos já produzidos para criar o telégrafo sem fios.

Com o sucesso da invenção de Marconi, o próximo esforço dos cientistas seria tornar possível transmitir sons sem a necessidade de fios. Sampaio (1984, p. 54) relata que, enquanto

Morse criou o telégrafo, Bell, o telefone, e Marconi, o telégrafo sem fios, a válvula de Lee DeForest, o tríodo, “[...] foi um marco no desenvolvimento da radiofonia.”

Apesar disso, apenas dois anos depois, com a transmissão realizada por Reginald A. Fessenden, em 1906, que se realizou a “[...] primeira transmissão comprovada e eficiente [...]” da radiodifusão sonora, realizada segundo os princípios da AM, amplitude modulada. (FERRARETTO, 2001, p. 86). Posteriormente, com David Sarnoff, russo radicado nos EUA, o conceito de rádio como meio de comunicação despontou.

Através de um memorando seu para a empresa onde trabalhava, Sarnoff lança uma nova ideia para o uso do rádio, que se consolida somente quando “[...] Henry P. Davis ao se dar conta da popularidade das transmissões experimentais de [Frank] Conrad, refletida na venda de receptores, convence a empresa a criar a KDKA, verdadeiramente a primeira emissora de rádio.” (FERRARETTO, 2001, p. 89).

Diante disso, Ferraretto chega à seguinte conclusão: “[...] pode-se afirmar que, se Sarnoff inventou o conceito de meio de comunicação rádio, Conrad lançou as bases da emissora comercial. Caberia, nesta linha de raciocínio, a Guglielmo Marconi o pioneirismo em termos de indústria eletro-eletrônica.” (2001, p. 90)

Apesar disso, a indústria do rádio ainda encontrava dificuldade na venda de receptores de rádio devido aos altos preços do produto. Foi somente com o trabalho de Henry H. C. Dunwoody na criação da galena, receptor de rádio criado a partir de um fragmento de sulfeto de chumbo natural, que o rádio se populariza na década de 20 (FERRARETTO, 2001).

Foram surgindo então redes de emissoras no país, sendo as principais a National Broadcasting Company (NBC), em 1926, a Columbia Broadcasting System (CBS), em 1928, a Mutual Broadcasting System (MBS), em 1934, e a American Broadcasting System (ABC) (FERRARETTO, 2001).

Enquanto nos EUA, as rádios nascem e se desenvolvem como empresas privadas ou subordinadas a essas empresas, na Europa, as rádios tomam um rumo diferente seguindo o exemplo da British Broadcasting Company (BBC), do Reino Unido, que, depois de encampada pelo governo britânico, passou a atuar como organização pública, ou seja, “[...] um serviço público alheio aos interesses das indústrias radiofônicas e independentes do governo.” (SARTORI; GRAZZINI, 1987, p. 228 *apud* FERRARETTO, 2001, p. 92).

Desde então, a radiodifusão sonora se expandiu pelo mundo e se popularizou entre as grandes massas, chegando ao Brasil paralelamente ao seu desenvolvimento nos Estados Unidos e Europa.

2.1 O RÁDIO NO BRASIL

Apesar de o Rio de Janeiro haver sido o grande palco da radiodifusão sonora brasileira, há documentos “[...] que provam que o rádio, no Brasil nasceu em Recife, no dia 6 de abril de 1919, quando [...] foi inaugurado a Rádio Clube de Pernambuco [...]” (ORTRIWANO, 1985, p. 13).

O rádio, porém, é inaugurado oficialmente no Brasil em 7 de setembro de 1922 durante o Centenário da Independência. Segundo Ortriwano (1985), foram distribuídos 80 receptores para que alguns componentes da sociedade carioca pudessem ouvir em casa o discurso do Presidente Epitácio Pessoa.

Desde então o veículo passa a fazer parte da história do país através de clubes e associações de radioamadores, que lançam as suas próprias emissoras de rádio. O rádio brasileiro, em termos qualitativos, “[...] desenvolve-se [então] quase ao mesmo tempo que [...] em outros países sofrendo influencia em especial dos Estados Unidos.” (FERRARETTO, 2001, p. 19).

O evento do Centenário foi também importante, segundo Ferraretto (2001, p. 94), pois foi ele que despertou “[...] o interesse dos pioneiros do rádio no Brasil, reunidos em torno de Edgar Roquette-Pinto”. Estes seriam responsáveis por criar a primeira emissora regular do Brasil.

Corroborando com o autor, Ortriwano (1985, p. 13) afirma que é com a iniciativa de Edgard Roquette-Pinto e Henry Morize da criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1923, que é considerada “[...] como a data da instalação da radiodifusão no Brasil”.

A filosofia que envolvia o trabalho de Roquette-Pinto era de que a instalação da radiodifusão sonora permitiria a difusão da cultura e da educação para o povo brasileiro.

Sampaio (1984, p. 113) afirma que “[v]ários autores [...] classificaram-no como ‘um sonhador, um idealista’, que aspirou para o rádio a missão educativa, cultural.”

Apesar de sua boa intenção, a emissora de Roquette-Pinto possuía um público formado apenas pela elite, a única classe da sociedade a ter acesso aos caros receptores. Outro motivo que minou o ideal de Roquette-Pinto foi o fato de ele associar a cultura com a música erudita, que não conseguia agradar as grandes massas. (FERRARETTO, 2001).

Entretanto com o uso do rádio para o anúncio de publicidade, que havia sido legalizada pelo Governo, segundo Ortriwano (2001), desde de 1º de março de 1932, e com o barateamento dos receptores, as emissoras de rádio começaram a despontar no cenário nacional.

A primeira vez que o rádio alcança contornos massivos é na Rádio Clube do Brasil, em 1924. A emissora de Elba Dias, segundo Ferraretto, “[...] foi a primeira do país a obter autorização para transmitir publicidade.” (2001, p. 100).

Nesse sentido, a busca por públicos e anunciantes também iria refletir na massificação do veículo, abandonando assim os ideais de Roquette-Pinto e seus colegas. Ferraretto (2001, p.21) afirma que a partir de então “[...] o popular vai substituir o erudito e o interesse comercial passa, em seguida a ocupar o espaço do idealismo dos pioneiros Edgard Roquette-Pinto e Henry Morize.”

Desde então o rádio começa a se espalhar pelo país, enquanto se consolida como espetáculo. A Mayrink Veiga do Rio de Janeiro reina na década de 30. Sampaio (1984, p. 123) afirma que em 1933, a rádio em questão, era a mais popular no Rio.

Porém é a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, inaugurada em 12 de setembro de 1936, que vai marcar o apogeu da radiodifusão brasileira, durante o período da chamada “Era do Ouro”. Sampaio (1984, p. 126) afirma que “[aos] quatro anos de trabalho a Rádio Nacional já havia conseguido superar a liderança da Mayrink Veiga”.

Com a encampação da emissora, o Governo viu também uma oportunidade de integrar o país inteiro, reconhecendo o poder do meio de comunicação. Diante disso, Ferraretto (2001, p. 17) aponta que “[...] o Brasil de Vargas começava a vê na radiodifusão sonora um poderoso instrumento de integração nacional em um país de dimensões continentais.”

O sucesso da Rádio Nacional se deu devido ao seu *status* legal de ser uma instituição pública, mas, ao mesmo tempo, continuar atuando como empresa comercial. “Os recursos

provenientes da publicidade eram reinvestidos diretamente na própria Nacional, garantido uma programação atraente.” (FERRARETTO, 2001, p. 13)

A Rádio Nacional se tornou responsável pelo avanço das variadas formas de entretenimento na “Era de Ouro do Rádio”: as radionovelas, os radioteatros, os programas de auditório, o radiojornalismo, os programas humorísticos, entre outros formatos que foram sendo desenvolvidos na emissora (FERRARETTO, 2001).

A “Era de Ouro” terminou, segundo Ortriwano (1984, p. 21), “[...] coincidentemente com o surgimento de um novo meio: a televisão.” A televisão se apropriou então dos profissionais e formatos desenvolvidos no rádio e acabou por ofuscar o seu brilho.

No começo, a disputa entre os dois meios de comunicação ainda foi fraca, mas aos poucos a televisão se popularizou e se transformou no principal meio de comunicação. Ferraretto (2001, p. 137) afirma que essa situação “[...] obrigava a busca de um caminho diferente sinalizado por itens até então minoritários dentro da programação – o jornalismo, as transmissões esportivas, o serviço para a população e a música gravada”.

Dessa forma, o rádio entra na fase do “Vitrolão”, tentando sobreviver à falta de investimento com “[...] muita música e poucos programas produzidos.” (ORTRIWANO, 1985, p. 21). Ortriwano corrobora com Ferraretto (2001) explicando que “[...] os astros e as estrelas [foram trocados] por discos e fitas gravadas, as novelas pelas notícias e as brincadeiras de auditório pelos serviços de utilidade pública.” Já começava a despontar a especialização das emissoras.

Em contrapartida, o rádio ainda pôde lançar mão de uma nova tecnologia para cativar audiências massivas: o transistor (FERRARETTO, 2001). O receptor de radio transistorizado foi, segundo Ortriwano (1985, p. 22), “[...] apresentado ao mundo em 23 de dezembro de 1947, pelos cientistas John Bardeen, Walter Brattain e William Shockley”. É um aparelho pequeno e barato, que abandona as válvulas por pilhas como fontes de energia (FERRARETTO, 2001).

O novo aparelho, que se popularizou no Brasil ao longo dos anos 60, torna possível a partir de então “[...] ouvir rádio a qualquer hora e a qualquer lugar, não precisando mais ligá-lo às tomadas [...]” (ORTRIWANO, 1985, p. 22), permitindo ao rádio “[...] acompanhar seus ouvintes.” (FERRARETTO, 2001, p.138).

O início dos anos 60 se torna palco de grandes mudanças no Brasil. Ferraretto contextualiza o rádio durante uma época em que “[...] os militares pareciam não acreditar mais nas alternativas civis, ensaiando o golpe desfechado em 1964” (2001, p. 145). O populismo que reinou durante a era pós-Vargas estava sendo substituído pela Ditadura Militar.

O rádio passou, então, a ser utilizado tanto pelo Governo Ditatorial, como pela oposição, que dele usufruíram através, respectivamente, da censura e da Frequência Modulada (FM), e da Rede da Legalidade (FERRARETTO, 2001).

A Rede da Legalidade surgiu pela primeira vez no Rio Grande do Sul depois da renúncia de Jânio Quadros, enquanto João Goulart (Jango) viajava para a China. Diante da possibilidade de um golpe militar, Brizola e seus partidários encampam algumas rádios gaúchas formando a Rede da Legalidade, articulando assim “[...] a resistência em obediência a Constituição” (FERRARETTO, 2001, p. 145). Com, a volta de Jango, essa fase da Rede da Legalidade chega ao fim.

Porém o autor afirma que uma tentativa de reedição da Rede surge imediatamente depois do anúncio do golpe militar. Dessa vez, na antiga capital, as emissoras Mayrink Veiga e Nacional aderem à Rede ao mesmo tempo em que a Farroupilha do Rio Grande do Sul. O Governo reage com a censura, fechando a Mayrink em 03 de novembro de 1965 e nomeando o radialista Mario Neiva Filho diretor da Nacional.

A partir de então, segundo Ferraretto (2001, p. 151, grifo do autor), “[rapidamente], ele [Neiva Filho] elabora um relatório sobre a atuação, dentro da rádio, dos *subversivos* – aqueles que defendiam a legalidade do governo deposto.” Esse foi o exemplo de uma prática que se tornou comum durante a ditadura: a autocensura.

Dessa forma, o Governo Militar passa a controlar os meios de comunicação. Ferraretto (2001, p. 153) afirma que, a “[...] censura já existente torna-se, com base no AI-5, uma prática comum e ganha amparo com o Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969 [...]”, por outro lado, os militares aproveitaram o veículo para integrar ainda mais o país, impulsionando a proliferação de emissoras que funcionavam em Frequência Modulada (FM).

A Frequência Modulada foi, segundo Ferraretto (2001, p. 155), desenvolvida por Edwin Howard Armstrong, que, em 1939, “começa a operar a W2XMN, uma estação

experimental em Alpine, New Jersey.” A FM ganhou, em 1942, a banda 88 a 108 MHz, autorizada pela FCC (Comissão Federal de Comunicação).

Ferraretto (2001, p. 156) afirma que “[...] quando o FM chega ao Brasil, vem com a totalidade de suas possibilidades desenvolvidas”. Isso porque a FCC já tinha regulamentado, em 1961, a transmissão com som estereofônico e em 1962 já haviam aparelhos adequados à inovação.

A Frequência Modulada teve como sua primeira emissora, a Rádio Difusora FM, em 2 de outubro de 1970, pertencente aos Diários e Emissoras Associados (FERRARETTO, 2001; ORTRIWANO, 1985). Apesar de ainda “incipiente e desorganizado”, como dito anteriormente, é devido aos interesses do Governo que a tecnologia foi incentivada no Brasil.

Segundo Del Bianco (1993, p. 142 *apud* Ferraretto, 2001, p. 157-158) dentre os principais objetivos do incentivo do uso da FM pelo Governo Militar estão: a interiorização da radiodifusão, integração nacional (como ocorreu no governo de Getúlio Vargas) e a proteção do território e dos valores culturais contra emissoras estrangeiras.

Após a redemocratização do Brasil, a radiodifusão entrou em uma nova fase de seu desenvolvimento: a acentuação da segmentação das emissoras. Apesar de Ortriwano (1984) acreditar que no rádio sempre houve a segmentação (especialização, para a autora), é interessante afirmar que até então as emissões radiofônicas sempre procuraram apresentar uma programação para um público geral.

Ferraretto (2001) afirma que já durante o período das Diretas-Já e ao longo de toda a década de 80, a segmentação se consolidou nos grandes centros urbanos, acompanhados pela atenção do público e pelo destaque dado à informação na programação das emissoras.

O autor, porém, assim como Ortriwano, afirma que “[...] a idéia de segmentação não se constitui totalmente em um produto do mercado radiofônico da segunda metade da década de 70 e dos anos 80. A busca por um público diferenciado da totalidade já existia há muito tempo.” (2001, p. 167).

Comparando os dois autores supracitados, encontra-se uma divisão da segmentação (ou especialização) em três tipos: a especialização que diferencia a programação das AMs (mais ligadas ao jornalismo e à prestação de serviços) da das FMs (mais música e entretenimento), como apontado por Ferraretto (2001); as emissoras especializadas em

determinado público; e as emissoras que especializam determinados horários de sua programação, (ORTRIWANO; 1984).

Dentro deste movimento de especialização das emissoras de rádio, encontram-se as emissoras evangélicas. O fenômeno, chamado também de Igrejas Radiofônicas, aborda a apropriação das igrejas e seitas cristãs do meio de comunicação.

2.2 AS RÁDIOS EVANGÉLICAS NO BRASIL

O cristianismo já se relacionava com o rádio desde seus primórdios. Leonildo Campos (2004, p. 151) afirma que “[...] já na primeira transmissão radiofônica experimental nos EUA a religião se fez presente.”. Ele lembra que na véspera do Natal de 1906, Fessenden reproduziu “[...] um solo de violino da conhecida música de natal ‘O Holy Night’, leituras de trechos do Evangelho de Lucas sobre o nascimento de Jesus e execução de músicas de Handel (Largo).”

Esse evento é só um exemplo do impacto da religião sobre o rádio. O autor (2004, p. 151) aponta que já “[...] em 1925, das 600 emissoras em operação [nos Estados Unidos], 10% delas pertenciam ou estavam ligadas a movimentos religiosos.”

Os evangélicos (movimento oriundo da Reforma Protestante do século XVI), segundo Leonildo Campos (2004, p. 148), possuem um histórico de apropriação das tecnologias de comunicação devido ao seu “complexo anticatólico”, entendendo-as como “[...] ‘oportunidade dada por Deus’ para a expansão de seu reino na face da terra por meio da pregação.” O que havia acontecido com a imprensa, no século XVI, se repetia então com o rádio.

Já no ano de 1920, Aimee McPherson, fundadora da Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular, foi a responsável por introduzir os pentecostais no rádio. Em 1924, a missionária “[...] fundou a sua própria emissora de rádio, a KSFG, que transmitia desde o seu majestoso Angelus Temple, de Los Angeles.” (CAMPOS, L., 2004, p. 151).

Na América Latina, assim como na primeira transmissão de rádio, “[o] emprego do rádio nas pregações evangélicas [...] começou no dia de natal de 1931 [...]”. As rádios evangélicas nascem na capital do Equador, em uma emissora pertencente a World Radio Missionary Fellowship “[...] com estas palavras: ‘Esta é a Voz dos Andes, Radiodifusora HCJB.’ (CAMPOS, L., 2004, p. 152).” Não demorou muito para o fenômeno chegar ao Brasil.

No Brasil, também com a segmentação das emissoras, algumas igrejas do ramo evangélico passaram a se apropriar do rádio. Segundo Ferraretto (2001, p. 182), “[nas] duas últimas décadas do século 20, seitas e igrejas evangélicas buscaram crescentemente no rádio um instrumento de conversão religiosa.”.

No contexto brasileiro, Santos (2011, p. 7) indica que houve certa resistência de determinadas igrejas evangélicas, que “[...] se opunham a utilização da rádio como um veículo indecente para pregar a palavra de Deus.” Segundo o autor, o fato de que grande parte dos fieis e líderes era oriunda de regiões distantes da capital, fazia com que o meio fosse visto como fonte de maldição.

Leonildo Campos (2004, p. 154), seguindo essa linha de pensamento diz que, enquanto Manuel de Mello, da Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo, fundava o seu programa A Voz do Brasil, “[...] as duas principais denominações pentecostais brasileiras, Assembléia de Deus e Congregação Cristã no Brasil, desestimulavam até mesmo a posse de aparelhos de rádio ou de televisão.”

Por outro lado, o autor (2004, p. 152) afirma que “[em] São Paulo, desde 30/11/53 até o final dos anos 70, o pastor presbiteriano Rev. José Borges dos Santos Jr. apresentava o programa Meditação Matinal”. Ele ressalta, porém, que apesar deste fato e das restrições das denominações pentecostais

[...] o maior sucesso no emprego do rádio pelos evangélicos no Brasil tem que ser creditado aos pentecostais tradicionais das denominações Igreja Assembléia de Deus, Deus é Amor, O Brasil para Cristo, Evangelho Quadrangular e aos neopentecostais, especialmente da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd). (2004, p. 154).

O já citado Manuel de Mello, o pastor David Miranda, da Igreja Pentecostal Deus é Amor, Eurico de Matos Coutinho, da Igreja Apostólica, Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, e R. R. Soares, da Igreja Internacional da Graça de Deus são exemplos de “sucessos radiofônicos” das igrejas pentecostais e neopentecostais, no período do movimento de cura divina (CAMPOS, L., 2004).

Assman (1986, p. 130-131), em estudo feito sobre a Igreja Eletrônica e seu impacto na América Latina, apontou que “[no] Brasil é impressionante o número de emissoras que funcionam hoje [por volta de 1986] praticamente “full time” com programas evangélicos.” E que devido ao grande número de programas evangélicos na rádio brasileira, “é desnecessário mapear o país inteiro para demonstrar a saturação de programas religiosos no Brasil.”.

Nesse sentido, Leonildo Campos (2004, p. 153), citando Tarcis Prado, afirma que, em 1969, “[...] havia 64 programas radiofônicos evangélicos”. E Ferrareto (2001, p. 183) afirma que Ortriwano registrava, “[em] meados dos anos 80, [...] que 10% das rádios do país estavam nas mãos de religiosos”. Ferrareto (2001, p. 184) também afirma um dado “[...] que aponta que uma de cada sete rádios existente no país está vinculada a uma igreja”.

Esse fato se consolidou devido ao crescimento de emissoras de rádio durante os anos 60, 70 e 80, como apontado por Leonildo Campos (2004). Pequenas e médias igrejas evangélicas de então se sentiram atraídas pelas programações religiosas, desenvolvendo seus próprios programas. O autor (2004, p.154) afirma que essas igrejas “[...] não necessitavam de grandes recursos para manter os seus programas locais. Às vezes bastava um voluntário ou o próprio pastor e um pacote de discos evangélicos.”.

Por outro lado, a FM chega aos evangélicos, que até então se utilizava principalmente da AM, com os luteranos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), que “[são] inovadores no uso da FM, com notável qualidade técnica. O esforço de coordenação é apreciável assim como o claro distanciamento de um manejo manipulador e proselitista dos assuntos religiosos.” (ASSMAN, 1986, p. 133).

A partir da atuação da IECLB e do crescimento constatado por Leonildo Campos (2004) de emissoras em ondas médias e frequência modulada, as igrejas evangélicas vão se apropriando também da possibilidade do FM.

Exemplo disso é a pesquisa realizada por Auro dos Santos (2011) sobre as práticas radiofônicas das instituições religiosas em Curitiba. O autor identificou que as rádios religiosas em FM da cidade funcionam “full time”, sendo todas do segmento pertencentes a igrejas evangélicas.

Entretanto este tipo de segmentação não ficou restrito somente às regiões Sul, Sudoeste e Centro-Oeste do país. O fenômeno do rádio, assim como a segmentação evangélica do meio, também pode ser encontrado nas regiões Norte e Nordeste, como, por exemplo, no Ceará.

2.3 O RÁDIO NO CEARÁ: A ERA DE OURO

Como afirmado anteriormente, o rádio não ficou restrito somente às regiões ao sul do Brasil. Tavares (1999) aponta a existência de 23 emissoras no Ceará, implantadas entre as

décadas de 1930 e 1960. A primeira delas, a Ceará Rádio Clube, surge, assim como a maioria das emissoras de rádio de sua época, como clube de radioamadores de Fortaleza.

Eduardo Campos (1984, p. 13) aponta que a emissora surge “[por] inspiração de João Dummar, interessado por assuntos de radiotelefonia – como se denominavam então as atividades de radiodifusão –, a 28 de agosto de 1931 [...]”. Ele e outros radioamadores foram responsáveis por criar a emissora mais importante do Estado, que dominou a radiodifusão cearense durante toda a “Era de Ouro do Rádio” e um pouco depois da chegada da televisão ao Estado.

Apesar disso, somente o dia 30 de maio de 1934, três anos depois, que pode ser, segundo Eduardo Campos (1984), considerado como a data de abertura oficial da emissora. Dessa forma, Rodrigues e Silva (2009, p. 1) apontam que a emissora surgiu no período “[...] no qual o rádio comercial já despontava em todo o Brasil.”, em que as emissoras de rádio se desvencilharam dos ideais de Roquette-Pinto e assumia posturas mais mercadológicas.

Funcionando sob prefixo PRE-9, a Ceará Rádio Clube já teve suas primeiras emissões durante a década de seu lançamento, com a vinda de grandes nomes do rádio brasileiro para apresentar os programas da emissora. Eduardo Campos (1984, p. 20) destaca a atuação de Sílvio Caldas, Francisco Alves e Carlos Galhardo. É importante ressaltar que nesse período, segundo Rodrigues e Silva (2009, p. 2), “[...] o rádio se manteve restrito [à] elite fortalezense.”.

Entretanto, para mudar esse quadro, João Dummar, no início da década de 1940, trouxe duas novidades para a sua emissora: novos estúdios e a transmissão em ondas curtas. Eduardo Campos (1984, p. 23) afirma que esta última “[...] possibilitava a emissora alcançar os pontos mais distantes do Ceará, do Brasil e do exterior.” Exemplo disso foi o concurso que a ela ganhou de maior audiência na Suécia (CABRAL *apud* RODRIGUES; SILVA, 2009).

João Dummar teve que vender a sua empresa para os Diários e Emissoras Associados de Assis Chateaubriand, devido a uma alegação deste último de que ele não poderia ter uma concessão do governo, pois não tinha nacionalidade brasileira comprovada (RODRIGUES; SILVA, 2009).

A administração dos Diários e Emissoras Associados permitiu à radiodifusão cearense crescer durante a década de 40, investindo, segundo Silva e Rodrigues (2009, p. 7), “[...] profissionalmente no aperfeiçoamento da redação, apresentação dos programas e no que diz

respeito à contratação de artistas renomados para se apresentarem nos auditórios [...]”. A PRE-9 passou a possuir até suas próprias radionovelas, por exemplo.

A partir do final dos anos 40, começariam a surgir novas emissoras de rádio no Estado: a Rádio Iracema de Fortaleza, em 1948, a Rádio Uirapuru, em 1956, a Verdes Mares, em 1957 (também pertencente aos Diários Associados) e a Dragão do Mar, em 1958 (SILVA; RODRIGUES, 2009).

Todavia, assim como no restante do país, com a chegada da televisão ao Ceará, em 1960, as coisas mudaram para o rádio. Eduardo Campos (2009) assinala que, diante disso, foi necessário o estabelecimento de novas regras para o desempenho do rádio. Por outro lado, o surgimento do rádio transistorizado “[...] consagrou novo alento ao rádio, dinamizando-o, tornando-o mais utilizável.” (CAMPOS, E., 2009, p. 60).

2.3.1 A FM, a Segmentação e a Religiosidade

Quase duas décadas depois do estabelecimento da televisão no Ceará, chega ao Estado, no dia 26 de setembro de 1976, através da FM Verdes Mares 93,9 MHz, a Frequência Modulada. (CANALITO; LEME, 2007). A tecnologia, assim como o receptor transistorizado, vai ajudar a dar novos ares para o rádio cearense.

Canalito e Leme (2009, p. 58-59) afirmam que a emissora pertencente ao grupo Edson Queiroz teve, no início, sua programação direcionada às classes A e B (a elite de Fortaleza), “[...] redirecionando [posteriormente] a linha musical para o público jovem.” Este último formato, porém “[...] só ganhou corpo na década de 1980.”

De acordo com os autores, também em 1980, surge a primeira concorrente da Verdes Mares FM, a FM do Povo 95,5 MHz. Assim como a primeira, a nova emissora também apostou no público jovem, entrando no mercado como uma emissora especializada no segmento.

A regionalização veio seis anos depois, em 1986, com a Dragão do Mar FM. No mesmo ano, também entrando no movimento de regionalização, a Verdes Mares FM, começa a dar atenção ao forró. Segundo Canalito e Leme (2009, p. 63), “[o] ritmo se proliferou meses depois, quando o rádio passaria a ser chamada definitivamente de FM 93.”

Os autores explicam também que “[...] com o surgimento de novas rádios, dá-se o início da segmentação.” Os autores identificaram dois tipos de segmentação da rádio FM de então: “o ouvinte com perfil popular” e o “público jovem”. Posteriormente, em 1990, é acrescentado o segmento das “rádios adultas ou classe A”.

Por outro lado, o rádio cearense também se encontrou com outra forma de segmentação: a religiosa. Este tipo de especialização, porém, nasceu mais de uma década antes da implementação da Frequência Modulada no Ceará, através da Radio Assunção da Arquidiocese de Fortaleza, em 1962 (PINHEIRO; LIMA; MARQUES, 2011).

Apesar do pioneirismo católico, os evangélicos são o primeiro segmento religioso a assumir uma emissora de rádio FM, quando, em 2001, é adquirida pela Rede Melodia, “[...] ligada”, segundo Canalito e Leme (2009, p. 102) “ao ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, a antiga Casablanca FM 101,7 FM.”. A rádio, porém, não ficou muito tempo sob o comando evangélico, sendo transferida várias vezes para outros proprietários.

Pinheiro, Lima e Marques (2011, p. 214), realizando levantamento do panorama do rádio em Fortaleza, identificaram, em 2011, “[...] cinco emissoras explicitamente vinculadas à religião.” Dentre essas, quatro são evangélicas e duas realizam suas transmissões em frequência modulada: a Rádio Aleluia, pertencente à Igreja Universal do Reino de Deus, e a Costa do Sol FM (Nossa Rádio), da Igreja Internacional da Graça de Deus.

A presença das emissoras evangélicas no contexto cearense tem, todavia, aumentado desde a pesquisa realizada pelos autores, sendo mapeá-las um dos objetivos deste trabalho. Essa presença sugere um novo contexto religioso e histórico do Ceará, principalmente, na capital.

As emissoras já surgem, portanto, com uma responsabilidade social histórica a ser atendida. Políticas de preservação de sua memória institucional parece ser o melhor caminho para salvaguardar a memória não só da empresa, mas também do povo cearense, que acompanhou atentamente o seu desenvolvimento e não a abandonou.

3 MEMÓRIA: CONCEITOS E PERSPECTIVAS

A preocupação com a memória não é algo recente. Ela esteve presente como deusa nas sociedades primitivas e na Antiguidade (como, por exemplo, a grega Mnemosine), passando por suas primeiras tentativas de teorização (com os filósofos gregos e, principalmente, com Platão e Aristóteles), chegando aos dias atuais com a sua extensa utilização na Filosofia, na Psicologia, na Biologia e nas Ciências Sociais, por exemplo.

Segundo Abagnanno (1988 p. 658), “[...] as doutrinas [da memória] posteriores [a Platão e Aristóteles] podem ser subdivididas em dois grupos, segundo o ponto de partida para a interpretação da [memória]: [memória] como retentiva ou conservação ou [memória] como recordação.”. Ambas as abordagens têm como alvo se debruçar sobre como ocorre o fenômeno mnemônico, quais as suas características e funções.

Henri Bergson, filósofo francês do século XIX, chega ao problema da memória ao identificar que “[...] cada ato de percepção é um novo ato.” (BOSI, 1974, p.45). É importante considerar que perceber um ato novo sugere a compreensão de que já houve outros atos pelos quais o ser humano já passou. Essa percepção do passado é que será chamada de lembrança.

A memória, portanto, passa, segundo a autora, a ter uma função decisiva: “[...] permite a relação do corpo presente com o passado, e, ao mesmo tempo interfere no processo atual de ‘representações’.” (BOSI, 1974, p. 46-47). A partir disso, na obra de Bergson, vão sendo delineadas duas formas da memória: a memória-hábito, que diz respeito à memória “automática” dos comportamentos cotidianos, e a imagem-lembrança, que a autora identifica como aquela que “[...] refere-se a uma situação definida, individualizada.” (1974, p. 49). A imagem-lembrança, dessa forma, vai além dos mecanismos motores, sendo a recordação de um evento significativo na vida do ser humano.

Entretanto a visão psicológica e individualizada de Bergson é altamente contestada pelo seu discípulo Maurice Halbwachs. Halbwachs apresenta a memória como resultante e dependente de uma realidade social na qual o indivíduo está inserido, ele “[...] amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade.” (BOSI, 1974, p. 55). Dessa forma, ele, ao entender a importância da sociedade para a conservação da memória individual, introduz nos estudos de memória o conceito de memória coletiva.

A memória coletiva é entendida, diferentemente da perspectiva de Bergson, como a memória do grupo, não mais apenas como algo dependente e pertencente a um indivíduo. Halbwachs (1990) entende que as lembranças podem se organizar de duas maneiras: uma em torno do indivíduo em si, e a outra em torno de um grupo ao qual o indivíduo pertence de forma que “[...] o indivíduo participaria de duas espécies de memória.” (HALBWACHS, 1990, p. 53). A memória coletiva envolveria então, para o autor, muitas memórias individuais.

A memória coletiva, entretanto, não deve ser confundida com a história. Halbwachs (1990) defende essa diferença de duas maneiras: primeiramente, ressaltando o fato de que a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínua, dependente de um grupo, que a conserva através de suas práticas e de suas tradições; e, em seguida, indicando a existência de uma multiplicidade de memórias coletivas, pois constata que o indivíduo está inserido ao mesmo tempo em uma grande variedade de grupos, como a Igreja, a classe social, etc.

Le Goff (2004) entende ser possível estudar a memória coletiva em cinco etapas: memória étnica, desenvolvimento da memória, memória medieval, progressos da memória escrita e desenvolvimentos atuais da memória.

O autor, através dessa cronologia, identifica momentos distintos da produção e conservação da memória coletiva. O primeiro período diz respeito ao período pré-histórico, onde começam a ser definidos formas de linguagens e comunicação do conhecimento. Em seguida, inicia-se o processo de desenvolvimento da memória, que envolve desde as expressões orais de contação de histórias à criação das primeiras bibliotecas. A memória medieval, que serve como ponte entre o período anterior e o moderno, identificada pela coexistência da oralidade com a escrita. E as memórias moderna e contemporânea, últimos períodos da história da memória contam com a consolidação da escrita (através do impresso) e com as novas formas de abordar a memória devido aos avanços científicos e as novas tecnologias.

Essa linha histórica esquematizada por Le Goff (2004) pode também ser estendida ao estudo das memórias coletivas geradas por comunidades religiosas, como, por exemplo, as comunidades evangélicas, alvo deste estudo.

3.1 MEMÓRIA NO CONTEXTO DO CRISTIANISMO

O cristianismo (juntamente com o judaísmo) é considerado uma “religião da recordação” (OEXEL, 1976 *apud* LE GOFF, 2014, p. 443). As práticas, os ensinamentos, a liturgia, etc. são reflexos da necessidade que os cristãos têm de fazer recordação da obra de Jesus Cristo. Nesse sentido, Le Goff (2004, p.444) afirma que o “[...] ensino cristão é memória, o culto cristão é comemoração”, ressaltando, principalmente, a prática da Ceia, através da qual os cristãos devem sempre recordar-se da morte de Jesus.

Essa característica memorialística do cristianismo reflete-se tanto na estabilização da tradição como nos movimentos de reforma pelos quais a religião passou durante os seus quase dois mil anos de existência. Ambos procuram lutar contra “[...] um ‘evangelho diferente’, uma religião diferente da ensinada pelos apóstolos e difundida nos primeiros séculos da igreja.” (OLSON, 2001, p. 16). Dessa forma, a construção de um *corpus* memorialístico, com lugares de memória e práticas simbólicas distintivas, torna-se uma questão imperativa para o cristão e se materializa nas suas comunidades e, também, nas instituições eclesiais.

Por outro lado, as instituições, independentemente de suas crenças, valores, funções, atividades e fins, possuem uma grande importância histórica e social para a sociedade na qual ela foi estabelecida. Sousa (2010, p. 76), identificando as empresas (instituições por excelência) como agentes sociais, afirma que estas “[...] desempenham um papel histórico na sociedade, no segmento de negócios em que atuam, na comunidade onde operam e junto a seus colaboradores, além de participarem direta e ativamente do desenvolvimento de um país.”. Ao constatar isso, deve-se concluir, portanto, que elas possuem uma responsabilidade social de preservar e divulgar a sua própria história como forma de preservar e divulgar a história da coletividade em que está inserida.

Esse papel de preservar e divulgar a sua própria história não se apresenta como um desafio para os cristãos. Assim como qualquer outro grupo religioso, o cristianismo, “[...] tem a necessidade de se apoiar sobre um objeto, sobre alguma realidade que dure, porque ele próprio pretende não mudar, ainda que em torno dele as instituições e os costumes se transformem e que idéias e experiências se renovem.” (HALBWACHS, 1990, p. 156). Halbwachs (1990), ainda afirma que, para que isso se concretize, os grupos religiosos se afeiçoam a um lugar de memória, como, por exemplo, as igrejas.

Porém, é interessante apontar que, no meio cristão, a memória possui dois vieses: o viés de recordação, já mencionado, e, também, o viés escatológico. Le Goff (2014, p. 444), ainda abordando a Ceia como exemplo de memorialismo cristão, afirma que “João¹ coloca a recordação de Jesus numa perspectiva escatológica [...] E Paulo prolonga esta perspectiva escatológica [...]”. O paradoxo da memória cristã é, dessa forma, ressaltado por Paulo, quando este afirma que a ceia é uma forma de proclamar “[...] a morte do Senhor, até que ele venha.” (BÍBLIA, N. T. 1 Coríntios 11.26).

Porém é interessante afirmar que esse viés, não pode ser entendido como perspectiva principal de memória cristã, pois, segundo Le Goff (2004, p. 444) a memória entendida como escatológica, pode “[...] negar a experiência temporal e a história.”. Assim, torna-se necessário que as instituições eclesíásticas tomem medidas para evitar a perda de sua memória e de sua história, devido a concepções escatológicas algumas vezes duvidosas, um exemplo dessas medidas é a responsabilidade histórica.

A responsabilidade histórica da empresa e, por extensão, das instituições, é entendida como a “[...] convergência das responsabilidades empresariais [...], que reúne as responsabilidades comercial, legal, social e política [...]” (NASSAR, 2012, p. 132). Desenvolver esta responsabilidade é uma ação complexa, porém necessária, uma vez que é através dela que, segundo Nassar (2009a, p.297 *apud* NASSAR, 2012), a organização estabelecerá um relacionamento de aproximação com a sociedade.

Entretanto, como ressalta E. Silva (2011), a responsabilidade histórica e seu resultado principal, a Memória Institucional, não podem ser entendidos apenas como fator de vantagem competitiva, mas principalmente um fator ético, o que deve ser observado principalmente pelas instituições cristãs. A responsabilidade histórica, portanto, não pode estar limitada apenas a criar uma instituição “épica”, mas em salientar tanto os momentos bons como os momentos ruins pelos quais a instituição passou junto à sociedade que a cerca.

De acordo com essa concepção, o autor ressalta a importância da “[...] construção de um novo indicador de sustentabilidade que inclua a “história pura” como componente passivo ou ativo social.” (SILVA, E., 2011, p. 15). A partir de então, os rótulos da memória institucional e da responsabilidade histórica, serão substituídos ou reforçados por uma história

¹ Le Goff se refere a João, mas entende-se aqui que o autor trocou o Evangelho de Lucas pelo de João.

transparente e legítima da empresa, que retrata seus altos e baixos e seu relacionamento bom ou ruim com a sociedade que a cerca.

A opinião de E. Silva (2011) sobre a responsabilidade histórica das instituições corrobora com a opinião do filósofo Karl Otto Apel sobre a responsabilidade histórica humana. Apel entende por responsabilidade histórica, a responsabilidade que o homem tem “[...] pelo uso [que faz] do princípio moral e pelas conseqüências de seu uso.” (OLIVEIRA, P., 2004, p. 173). Ou seja, a responsabilidade histórica está introduzida em um contexto ético que requer que o ser humano (e, por conseqüência, as instituições) dê conta tanto dos acertos como dos erros que cometeu e também de suas conseqüências.

É nesse sentido que as instituições cristãs devem preservar a sua memória, de modo que não apenas se apresentem, como costumam fazer, como as maiores ou melhores instituições inseridas na sociedade ou, até mesmo, como uma empresa que busca vantagem competitiva, mas, tornando-se fiel a sua característica memorialista, mostrando seus erros e acertos, suas vitórias e perdas, visando à consolidação e transparência de sua atuação e participação na sociedade (ou nas sociedades) da qual faz parte.

3.2 MEMÓRIA INSTITUCIONAL: PRODUTO DA RESPONSABILIDADE HISTÓRICA

Embora na recente literatura, o conceito de Responsabilidade Histórica seja pressuposto para o desenvolvimento de uma consciência memorialística dentro das empresas, foram os estudos em Memória Institucional (ou Memória Empresarial) que surgiram primeiro nos campos da Administração de Empresas e das Relações Públicas, áreas que mais se aprofundam no assunto.

Segundo Tonini e Gagete (2004), o aparecimento das primeiras iniciativas de construção da memória empresarial e de sua disponibilização pública se deu “[...] na Europa, ainda nos primeiros anos do século 20. Afirmam ainda as autoras que as empresas alemãs Krupp e Siemens, “[...] estão entre as pioneiras na criação de serviços de arquivo de caráter histórico, em 1905 e 1907, respectivamente.”.

As duas empresas alemãs deram, portanto, início a uma nova perspectiva sobre suas próprias histórias como empresas e como agentes sociais, instituições influenciadas e que

influenciam no curso da história humana. Nos Estados Unidos, por outro lado, começam a surgir as primeiras discussões acadêmicas sobre o termo.

As autoras afirmam que “[o] conceito de ‘memória empresarial’ adquiriu novos sentidos em meados da década de 20, especialmente após a criação, nos Estados Unidos, da *Business Historical Society*, surgida a partir das business schools.” (2004, p. 113). Com a criação da disciplina de “História Empresarial”, a memória empresarial passou a servir de base para o estudo de estratégias e tomadas de decisões realizadas pelas empresas através do estudo aprofundado dos arquivos das empresas. É a partir desse momento, que as iniciativas de estudo da história empresarial se espalharam pelos países da Europa.

Entretanto, “[a] partir dos anos 40 e 50, o viés dos estudos de memória empresarial norte-americanos começaram a diferenciar-se.” (TONINI; GAGETE, 2004, p. 114). Foi durante este segundo período do estudo de memória empresarial que começou a se delinear os primeiros estudos referentes às relações sócio-culturais dentro das empresas, que são evidenciados através dos estudos em Mudança Organizacional.

Dentre os estudos desse período, destacam-se os de Alfred Chandles (o artigo “*Management Decentralization: An Historical Analysis*”, de 1956, e o livro “*Strategy and Structure*”, de 1962) por “sistematizar modelos de evolução organizacional” e “as estratégias de inovação organizacional”. (TONINI; GAGETE, 2004, p. 114),

É, porém, somente com os debates acadêmicos sobre a Nova História, que a memória empresarial começa a assumir um papel de preservação (e também exploração) da história da empresa, que foge aos aspectos unicamente econômicos. Tonini e Gagete (2004, p. 115) então afirmam essa nova perspectiva acadêmica da História “[...] trouxe à memória empresarial a dimensão do simbólico.”.

O aspecto simbólico da memória empresarial, agora, não representava apenas um recurso acadêmico de aprendizado sobre evolução empresarial, tomadas de decisões e mudança organizacional, que servia apenas para terceiros. As empresas passaram a entender o papel estratégico que a memória empresarial possui para elas próprias.

Já durante a década de 70 e principalmente durante as décadas de 80 e 90, começaram a serem contratados profissionais estratégicos chamados de historiadores-arquivistas, historiadores-consultores e *corporate archivists* que “[...] tinha como responsabilidade a constituição, a guarda e a exploração da memória coletiva com uma finalidade precisa:

compreender melhor o passado para viver o presente e preparar o futuro.” (HAMON, 1995, p. 14-21 *apud* TONINI; GAGETE, 2004, p. 115).

Entretanto os estudos e práticas em Memória Institucional não se restringiram ao contexto norte-americano, sendo já mencionado o pioneirismo das empresas europeias. É importante, neste trabalho, dar atenção especial aos estudos em Memória Empresarial também no contexto brasileiro.

No Brasil, os primeiros estudos em Memória Institucional surgiram na década de 60. Tonini e Gagete (2004, p. 117) ressaltam que “[...] a iniciativa partiu de acadêmicos, interessados na reflexão sobre a estrutura e a evolução industrial brasileira.”. Aqui é possível relacionar o início dos estudos em memória empresarial no Brasil e o início dos estudos norte-americanos: ambos focavam na história empresarial sob a perspectiva de evolução, mudança, etc. Em quadro explicativo, Ricci (2004), afirma que esses estudos eram refletidos principalmente em teses e publicações.

Nesse mesmo quadro, Ricci (2004) traça o processo de evolução dos estudos em Memória Empresarial no Brasil: no final da década de 80, o termo passa a abranger estudos sobre reformulações na gestão da empresa, nos quais começou a se estimular o “resgate da memória”; durante a década de 90, é estabelecido o conceito de Memória Empresarial, como forma de dar suporte ao reforço da cultura e da identidade das organizações; e, no início dos anos 2000, o termo se consolida e passa a instituir também a Memória Empresarial como ferramenta de gestão que agrega valor ao negócio.

Os estudos em Memória Empresarial no Brasil, apesar de recentes, procuram seguir o mesmo ritmo dos realizados no exterior, uma vez que procuram entender a Memória Empresarial não visa apenas o simples resgate da memória, mas também o reconhecimento do seu poder simbólico e da sua capacidade de agregar valor à instituição e, conseqüentemente, aos seus produtos e serviços junto à sociedade.

3.2.1 O Conceito de Memória Institucional

Através dos estudos em história empresarial, o conceito de Memória Empresarial evoluiu, desde quando era considerada como um mero levantamento histórico até os dias de

hoje com o reconhecimento da memória como valor agregado ao negócio. O termo, como já afirmado anteriormente, está intimamente relacionado ao conceito de Memória Institucional, que, segundo Barbosa (2010, p. 11),

[...] consiste em uma (re) construção de fatos e acontecimentos significativos da trajetória e das experiências da organização, selecionados e (re) organizados com o objetivo de estimular o processo de (re) construção de uma identidade comum entre esta e seus públicos de interesses. [...] O papel da Memória Institucional é, então, (re) construir o futuro por meio do passado e da atualidade, no qual a identificação dos elementos da cultura e da identidade organizacional serão futuros predominantes.

Aqui se percebe o papel que a Memória Institucional possui na construção de uma identidade para a organização. A identidade corporativa, de acordo Kunsch (2003), atua em “três níveis de comunicação”, sendo uma mescla da propaganda que a empresa faz de si mesma, o seu trabalho propriamente dito e aquilo que o seu público-alvo acha sobre ela. A Memória Institucional age como fator crucial no inter-relacionamento entre os três níveis, oferecendo uma prova histórica.

Em situações como no “*crisis management*” e na disputa com os concorrentes, Nassar (2004), aponta que a Memória Institucional, quando consolidada na empresa, desponta como ingrediente poderoso na relação com o público, que, continua o autor, oferecerá “apoio, compreensão e solidariedade” às suas marcas.

Esse estado só é alcançado se a empresa entender a sua memória como “[...] ferramenta de comunicação, como agente catalisador no apoio aos negócios, como fator essencial de coesão do grupo e como elemento de responsabilidade social e histórica. (NASSAR, 2004, p. 23-24). Dos quatro, o fator responsabilidade social e histórica tende a se evidenciar, uma vez que, como já afirmado na seção anterior, é somente quando a empresa percebe que a sua história e memória possuem uma importância social significativa, é que os seus projetos de memória passam a ter sentido e aquela relação afetiva entre a empresa e o público começará a existir.

Nassar (2004, p. 27) ressalta que “[uma] empresa não existe isolada do restante da sociedade. Ela faz parte de uma trama social e confunde-se com uma boa parte da história das comunidades com as quais ela interage [...]”. Empresas como a Petrobrás e o BNDES tiveram relativa importância no desenvolvimento do país, assim como não se deve esquecer a

influência que organizações como as ONGs, as Igrejas e as Universidades tiveram e ainda têm perante a sociedade.

A Memória Institucional dá às organizações e às empresas o caráter de instituição. Pereira (1988, p. 14-21 *apud* Kunsch, 2003, p. 38) aponta que “[...] o processo de institucionalização possibilita que uma organização venha a transformar-se em instituição na medida em que assume compromissos e objetivos relevantes para a sociedade e o mercado.”. A missão, a visão e os valores, quando definidos e refletidos nas ações e decisões das empresas e organizações, oferecem-nas a possibilidade de se relacionarem diretamente com os seus públicos e estabelecer a identidade corporativa, já mencionada por Kunsch (2003).

Dessa forma, ao investir em Memória Institucional “[...] a empresa faz muito mais do que uma ação de comunicação ou recursos humanos. Ela constrói e devolve para a sociedade parte da memória do país. (NASSAR, 2004, p. 27-28). Desse modo, as instituições responsáveis (e é interessante reafirmar que a Responsabilidade Histórica é a raiz de todas as outras responsabilidades sociais da empresa) têm um papel crucial na preservação da memória das comunidades às quais estão atreladas, uma vez que fizeram parte de seu desenvolvimento e, em alguns casos, até mesmo de seu nascimento.

3.2.2 Memória Institucional: alguns exemplos práticos

O conceito de memória institucional já foi aplicado em muitas empresas no mundo. Exemplos brasileiros, como o BNDES, a Petrobrás, a Pfizer, a Ultragraz e a Souza Cruz, são mencionados no livro “Memória de Empresa: História e Comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações”, organizado por Paulo Nassar. Todas essas empresas, visando aproximar a sua identidade com a identidade nacional e das comunidades em que foram instaladas, desenvolveram projetos de Memória Institucional que são considerados modelos e dignos até mesmo de premiação.

Entretanto é interessante afirmar que a Memória Institucional brasileira não ficou restrita apenas ao ramo industrial brasileiro. Algumas empresas de comunicação, entendendo o efeito positivo ocasionado pelo recente *boom* memorialístico, como, por exemplo, as Organizações Globo e os Diários Associados, procuram recuperar “[...] uma trajetória que insere a empresa num regime de historicidade mais amplo, atrelando a sua história particular a

uma história emblemática da própria nação brasileira.” (RIBEIRO; BARBOSA, 2007, p. 109). Essa tarefa permite consolidar e legitimar os meios de comunicação utilizados por essas empresas, utilizando-se, principalmente da criação de *links* entre a história da empresa e a história do país no qual está inserida.

Dessa forma, deve-se ressaltar importância histórica dos meios de comunicação de massa, como a televisão e o rádio, que participaram e participam ativamente da história humana recente, em escala mundial, sendo, portanto, formados por e também formadores de memórias coletivas. Esse *status* memorialístico implica na necessidade da preservação de sua história visando a sua legitimação e a preservação da memória coletiva da sociedade onde estão inseridos, como já existe nos casos mencionados acima.

É importante afirmar que esse *boom* memorialístico também deve ser abarcado pelas empresas de comunicação especializadas, devendo estas também se preocuparem com a recuperação de sua trajetória histórica, visando consolidar-se e legitimar-se, através da preservação de parte significativa tanto da sua própria memória, como da memória de seu público-alvo. Este trabalho se propõe, por exemplo, a estudar a preservação da memória institucional de rádios evangélicas na cidade de Fortaleza, entendendo que elas são frutos de comunidades específicas e que estão intimamente relacionadas com toda a cultura assimilada e produzida por essas comunidades.

4 ACERVOS DE ÁUDIO E MEMÓRIA INSTITUCIONAL NO RÁDIO

Como visto em capítulo anterior, o rádio é uma instituição inserida em uma grande variedade de contextos sociais desde os mais gerais, como a Rádio Nacional, aos mais específicos, que atendem a determinado segmento da sociedade, como as emissoras de rádio comunitárias e as emissoras de rádio evangélicas.

As emissoras de rádio constituem e são constituídas de memórias coletivas e individuais. Segundo o relatório realizado pela Associação das Rádios Públicas do Brasil (ARPUB) em conjunto com o Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília (LAPCOM) e o Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina (OBSERVATÓRIO) sobre os acervos de áudio das rádios públicas do Brasil (ACERVO..., 2013, p. 3), “[a] memória radiofônica, particularmente, apresenta-se como um conjunto de narrativas que expressam símbolos da vida coletiva, situados no tempo e apreendidos pelos ouvintes através de constantes ressignificações.”. Dessa forma, a memória radiofônica está refletida nos acervos arquivísticos e sonoros das próprias emissoras e também nas memórias individuais de seus funcionários, diretores e ouvintes.

Essa memória radiofônica pode ser expressa através dos mais variados acervos que constituem a história do rádio, como, por exemplo, os acervos arquivísticos de caráter administrativos e os acervos sonoros (de música e de programas gravados), além das memórias de recepção e dos próprios membros e ex-membros da organização, concordando com Rueda, Freitas e Valls (2011, p. 78) que apontam que as informações que constituem a Memória Institucional podem ser

encontradas em diversos suportes, devem ser reunidas, fazendo-se mais do que necessário a concentração destes acervos, armazenados e organizados corretamente com a finalidade de estarem disponíveis para a conduta porque retratam não só as atividades de uma instituição, mas a época em que está inserida, o tempo e o espaço que ocupa na sociedade, facilitando-se assim o entendimento da instituição como um todo.

Os autores entendem, dessa forma, que a Memória Institucional, refletida nos mais variados suportes, deve ser preservada, visando à preservação não somente da memória interna, mas também da memória coletiva da sociedade em que está inserida, assumindo assim a chamada Responsabilidade Social Histórica.

Entretanto o relatório acima mencionado (ACERVO..., 2013, p. 3) ressalta que

No caso do rádio brasileiro, nem sempre a história de cada período vivido e retratado por seus microfones, foi devidamente registrada e armazenada pelas emissoras tanto públicas quanto comerciais. Vários fatores como falta de equipamento, de material para armazenamento e de pessoal qualificado, parecem colaborar para a manutenção de práticas precárias de arquivamento dos distintos gêneros de programas realizados pelas emissoras públicas. Poucas são as estações que contrariam essa tendência e conseguem fazer do material veiculado um acervo para expressar e pensar o passado.

O estado encontrado pela pesquisa reflete a situação precária dos arquivos sonoros nas emissoras de rádio brasileiras. O estudo de Rodrigues e Silva (2009, p. 19) sobre a popularização do rádio no contexto cearense, também chega a uma conclusão semelhante a da ARPUB: “Infelizmente, desses fatos, poucos registros se encontram. A memória em áudio não alcançou a atualidade.”. Esse estado reflete o descaso com os acervos sonoros das emissoras de rádio a nível nacional e regional.

Nuno (2012) entendendo a importância dos arquivos audiovisuais e sonoros desenvolveu em seu artigo um histórico da evolução legal referente a esses arquivos em Portugal. Segundo o autor: “Esses Arquivos [audiovisuais e sonoros] são regidos pelas disposições legais do código dos direitos do autor e direitos conexos e pela legislação nacional, na área da televisão e da rádio.” (2012, p. 157). É partir desse pressuposto que ele se debruça na legislação de seu país, visando encontrar meios legais para a preservação desses acervos.

Nuno (2012) também define que os arquivos sonoros são compostos tanto pelas gravações de programas como pelos acervos musicais das rádios, assim como mencionado anteriormente pela pesquisa sobre acervos de áudio. Ele aponta que as empresas de radiodifusão em Portugal não procuram preservar seus acervos, sendo que somente algumas, como é o caso da Rádio Difusão Portuguesa (RDP), os utilizam na criação de um arquivo histórico.

Procurando lutar contra esse descaso, o autor recorre à legislação portuguesa sobre a preservação das gravações de rádio e encontra na Lei 87/88 um dos primeiros dispositivos legais que dizem respeito ao registro e conservação de gravações (delimitada em 30 dias) e a guarda das gravações como prova jurídica. Mas é somente

Com a publicação da Lei 4/2001 as estações de rádio ficaram igualmente obrigadas a proceder ao registo mensal. Consagrou também uma disposição

referente aos registos radiofónicos de interesse público, devendo ser da competência dos operadores, a sua organização e conservação. (NUNO, 2012, p. 167).

A publicação dessa lei foi um avanço, porque, além de declarar a obrigação de se realizar o registro mensal, as empresas de rádio devem também organizar e conservar os registos de interesse público. Entretanto o autor ressalta a falta de atenção dada pela lei a normas de seleção, avaliação e preservação desses acervos sonoros.

No Brasil, os arquivos sonoros de empresas de telecomunicações são regidos pelo Código Brasileiro de Telecomunicações pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e pelo Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Encontram-se referenciais à guarda do material sonoro produzido pelas emissoras de rádio e TV, no artigo 71 do Código, em que está disposto que: “Toda irradiação será gravada e mantida em arquivo durante as 24 horas subsequentes ao encerramento dos trabalhos diários de emissora.” (BRASIL, 1962, p. 21). Outra situação em que a guarda é mencionada é no parágrafo terceiro, que diz que:

[...] As gravações dos programas políticos, de debates, entrevistas pronunciamentos da mesma natureza e qualquer irradiação não registrada em texto, deverão ser conservadas em arquivo pelo prazo de 20 (vinte) dias depois de transmitidas, para as concessionárias ou permissionárias até 1 kw e 30 (trinta) dias para as demais. (BRASIL, 1962, p. 21)

Ambas as passagens deixam claro o tipo de acervo que deve ser guardado e o tempo que ele deve ser mantido arquivado no interior da instituição. Entretanto, assim como Nuno (2012) encontrou falhas na legislação portuguesa, a legislação brasileira apresenta falhas. Os prazos e a permissão para descarte representam a falta de atenção dada aos arquivos sonoros como representantes das memórias coletivas das sociedades em que as emissoras estão inseridas.

Dessa forma, apela-se para que as emissoras de rádio se conscientizem, assumindo uma postura alinhada à Responsabilidade Social Histórica, entendendo que os documentos que compõem seus acervos sonoros podem ser reconhecidos e preservados como acervos históricos. Esses documentos oferecerão às emissoras a possibilidade de preservarem a sua Memória Institucional e conseqüentemente as memórias coletivas às quais estão atreladas.

Gagete e Tonini (2004, p.125) incluem os documentos sonoros dentro do contexto maior dos acervos audiovisuais e videotecas. As autoras exemplificam esses acervos por meio de: “Fitas de áudio e/ou vídeo produzidas ou acumuladas pela empresa e referentes à sua área de atuação ou setores relacionados.” E os acervos sonoros de emissoras de rádio estão

inseridos nesse conceito, sejam os acervos de programas gravados (produzidos e acumulados pela empresa), seja o acervo musical (referentes à sua área de atuação), tornando-se assim em referencial para a preservação e construção da Memória Institucional das emissoras de rádio.

4.1 DOCUMENTOS SONOROS

O conceito de documento foi revolucionado por Paul Otlet em meados do século XX. O que antes parecia incluir somente os documentos bibliográficos, a partir de então é ampliado, acolhendo

[...] o livro, a revista, o jornal, a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha a música, o disco, o filme e toda a parte documentária que precede ou sucede a emissão radiofônica. São amostras, espécimes, modelos fac-símiles e, de maneira geral, o que tenha caráter representativo, com três dimensões e, eventualmente em movimento. (OLIVEIRA, M., 2005, p. 11).

A expansão feita pelo pai da Documentação ofereceu a possibilidade de se entender também outros objetos informativos como documentos, como, no exemplo dado pelo próprio autor, “toda a parte documentária que precede ou sucede a emissão radiofônica.” Entender os processos radiofônicos como resultados e geradores de documentos é entender que aí se encontra “[...] um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” (LE GOFF, 2004, p. 545).

Os documentos sonoros de rádio também são resultantes de uma sociedade e de uma organização e também influenciam os processos culturais, sociais e históricos dessa sociedade e dessa organização em que estão inseridos. E sua importância para a sociedade não está atrelada somente ao seu suporte ou conteúdo, mas como entendia Foucault (1987 *apud* LARA, 2010, p. 37) ao “[...] seu papel nos sistemas sociais.”

4.1.1 Evolução dos documentos sonoros

Os documentos sonoros, também chamados de fonográficos ou registros sonoros, em seu suporte, conteúdo e papel nos sistemas sociais, evoluíram com os avanços tecnológicos pelos quais a sociedade passou, desde a era da eletricidade até a era digital contemporânea.

Segundo Laurent (2001, p. 9), que assume uma posição ligada à Conservação e Preservação: os “Registros sonoros são artefatos legíveis por máquinas; são documentos em

que a integridade da informação contida está diretamente relacionada ao bem-estar físico do artefato.”. Essa conceituação indica um problema muito comum relacionado aos documentos sonoros, eles somente podem ser utilizados com a ajuda de uma máquina (aparelhos de som ou computadores, por exemplo), o que demanda a necessidade de uma atenção maior quando se fala em preservação dos conteúdos desses materiais.

Por outro lado, sob uma visão mais arquivística, Côté-Lapointe (2013, p. 4, *tradução nossa*) afirma que o termo arquivo sonoro diz respeito ao “[...] tipo de mídia contida ou não em um suporte, que pode fazer parte de uma coleção ou de um fundo arquivístico (arquivos sonoros)”. No caso dos documentos sonoros radiofônicos, por exemplo, podem ser encontradas coletâneas musicais (coleções) e também acervos de programas (fundos arquivísticos).

Côté-Lapointe, redirecionando a sua perspectiva dos conceitos de documentos sonoros para a sua evolução histórica (2013, p. 5, *tradução nossa*) afirma que

A primeira invenção permitindo o registro de som é o fonógrafo, inventado em 1877 por [Thomas] Edison. O suporte utilizado que permitia a captura de som é um cilindro recoberto de uma camada de estanho. O som é registrado e reproduzido com ajuda de uma agulha.

Laurent (2001, p. 12) aponta que “Antes do advento da fita magnética, gravações instantâneas eram feitas principalmente sobre discos de acetato. A composição química destes discos, portanto, tinha que aliar a facilidade de impressão e a qualidade da gravação resultante.”. Continua, dizendo que

“A partir dos anos 30, a maioria dos discos de acetato foi produzida com uma base de alumínio, apesar de se ter utilizado vidro durante os anos de guerra e papelão para gravações caseiras mais baratas, revestida com uma laca de nitrocelulose plastificada com óleo de rícino. Devido às propriedades inerentes da laca, os discos de acetato constituem o tipo menos estável de registro sonoro.” (2001, p. 12).

Segundo Côté-Lapointe (2001, p. 5), vê-se aparecer

O primeiro disco achatado [...] em 1894. De início produzido de goma-laca (*shellac* em inglês), laca da secreção de uma cochonilha asiática (!), em seguida é constituído de vinil a partir dos anos 1950. O disco de vinil, também chamado de microgroove, é utilizado até os dias de hoje.

Essa afirmação corrobora com o pensamento de Laurent (2001, p. 12), em que “[o]s primeiros discos de goma-laca datam dos anos 1890, formato que foi utilizado até os anos 1950, quando foi gradualmente substituído por discos de vinil.”. Esses últimos, apesar de

utilizados nos dias de hoje, se tornaram objetos de colecionador e acessíveis para poucos que tem máquina disponível para rodá-los.

Laurent (2001, p. 14) indica que “A fita magnética apareceu inicialmente na América do Norte logo após a Segunda Guerra Mundial.”. Elas “[...] ganharam popularidade depois da Segunda Guerra mundial como suporte para registro. Os formatos cassete e oito faixas são comercializados em meados dos anos sessenta”, complementa Côte-Lapointe (2011, p. 5).

Sobre os atuais meios de registro de áudio, Côte-Lapointe (2011, p. 5) afirma que

Enfim, apareceram os suportes de registro digitais. O disco compacto de áudio (disco óptico ou a laser) é lançado comercialmente em 1982. Esse tipo de suporte inclui também os problemas de preservação, porque é sensível à luz e a umidade. O CD declina depois do advento dos arquivos digitais de áudio. Esse é agora a forma mais corrente de transferência de dados. Não sendo mais associado a um suporte físico peculiar, causando assim a problemática da desmaterialização que conhecemos hoje. Existe uma multidão de formatos associados ao arquivo digital sonora (WAV, mp3, flac, etc.), que dificultam a preservação da informação e as atividades do arquivista.

Todos esses formatos foram largamente aceitos e utilizados pelas emissoras de rádio como meios para o registro e a transmissão de seus programas e músicas. Ferraretto (2001) identificou a mudança do analógico para o digital, com a substituição dos toca-discos pelos CD-players já nos fins da década de 1990.

4.1.2 Documentos sonoros no Rádio

O relatório sobre acervos de áudio nas rádios públicas brasileiras (ACERVO..., 2013) identificou dois grandes blocos nos quais os acervos sonoros são divididos no ambiente radiofônico: acervos de música e acervos de programas. Os primeiros dizem respeito à produção musical muitas vezes externa às emissoras, enquanto que, no segundo caso, encontra-se com maior força a memória do rádio.

Gomes e Santos (2004, p. 5) afirmam que a memória radiofônica é entendida “[...] sob dois aspectos pertinentes à construção teórica e metodológica: a memória coletiva, que resulta das experiências sociais e etnográficas do povo, e a memória sonora, que se traduz pelos registros arquivados nos suportes matéricos de alguma natureza eletrônica: fita cassete, fita magnética, discos de vinil, computadores ou CD-ROM.”. Nesse sentido, identifica-se a

importância que os documentos sonoros possuem na definição das memórias coletivas nas quais as emissoras de rádio estão inseridas.

Entretanto no relatório sobre acervos de áudio nas rádios públicas brasileiras identificou-se que, em detrimento dos acervos de música, os acervos de programas possuíram menos atenção quanto ao armazenamento e preservação. A falta de recursos para adquirir equipamentos de digitalização de arquivos de áudio foi a principal alegação feita pelas emissoras de rádio para explicar esse descaso (ACERVO..., 2013).

Os resultados encontrados pelo relatório deixaram clara a necessidade de criação de políticas de preservação para esses acervos, apontando como melhor saída a digitalização desses fundos documentais. Uma gestão nessas emissoras que vise à preservação dos acervos sonoros poderia, além de garantir a preservação da memória radiofônica brasileira, permitir a construção de uma Responsabilidade Social Histórica nas emissoras de rádio ao mesmo tempo em que agregaria valor ao seu negócio.

4.2 SAÍDAS DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL PARA AS EMISSORAS DE RÁDIO

As emissoras de rádio que se permitirem assumir uma Responsabilidade Social Histórica e investirem na criação de projetos de Memória Institucional baseados em seus próprios acervos sonoros poderão usufruir de um modelo de gestão que permite a comunicação direta com os seus públicos através de uma relação afetiva sustentada pela memória.

A memória do rádio pode ser gerenciada e disponibilizada principalmente através da criação de Centros de Documentação e Memória. Gagete e Tonini (2004, p. 124) definem esses centros como “[...] os mais completos produtos de memória empresarial.” Eles vão além da função de depósito ou de balcão de atendimento, pois

Constituem-se como setores responsáveis pela definição e aplicação de uma política sistemática de resgate, avaliação, tratamento técnico e divulgação de acervos e, principalmente, pelos serviços de disseminação do conhecimento acumulado pela empresa e fonte de interesse histórico. (2004, p. 124).

Uma política de gestão voltada para Memória Institucional abriria espaço nas emissoras de rádio para a constituição desses centros, com o porte de acordo com os seus tamanhos, tornando-se eles responsáveis pela necessidade de preservação encontrada no relatório sobre acervos de áudio nas rádios públicas brasileiras (ACERVOS..., 2013).

R. Silva (2011, p. 495), em seu artigo sobre salvaguarda e difusão de patrimônio documental fotográfico, audiovisual e sonoro, chega à conclusão que tais patrimônios devem ser considerados como documentos-monumentos: “Monumento porque é um legado da memória coletiva; documento porque é a prova, o fundamento do fato histórico.”.

Tal *status* conferido ao patrimônio sonoro leva o autor a apontar a necessidade de serem dispensadas atividades gerenciais a esses documentos, como o gerenciamento de riscos e políticas de acesso e de preservação, que segundo ele, não consistem em um “[...] empreendimento finalístico, mas uma tarefa de gerenciamento sem fim.” (SILVA, R., 2011, p. 497). A conceituação de preservação remete também à necessidade de se pensar a preservação do patrimônio documental desde o início de sua existência/produção.

Além do papel fundamental na preservação da memória coletiva e do patrimônio documental sonoro, os Centros de Documentação serviriam, à pesquisa, podendo “[...] ser abertos a pesquisadores externos, agregando valor à imagem da empresa e ampliando suas ações de responsabilidade social.” (GAGETE; TONINI, 2004, p. 124).

Apesar da existência dessas saídas que a Memória Institucional oferecem às emissoras de rádio na gestão e preservação de seus acervos de áudio, o presente trabalho procura saber como de fato isso acontece nas igrejas evangélicas da cidade de Fortaleza, identificando quais são, como lidam com a questão da memória coletiva de seus públicos-alvo e como gerenciam seus acervos sonoros.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A indústria sempre foi o alvo principal das pesquisas e reflexões dos teóricos da Memória Institucional. Empresas como a Pfizer, Ultragás, Petrobrás, entre outras no Brasil e no mundo, buscaram desenvolver programas e projetos de preservação e recuperação da sua própria memória. Algumas empresas de comunicação, como as já citadas Organizações Globo e os Diários Associados também receberam atenção e trabalharam para desenvolver os seus próprios produtos institucionais de memória.

Entretanto, em pesquisa bibliográfica sobre o tema proposto nesta pesquisa, os termos Memória Institucional e Emissoras de Rádio não estiveram em nenhum momento correlacionadas, muito menos quando se adicionava o termo “evangélicas”, apesar da existência de algumas pesquisas, como a da ARPUB, OBSERVATÓRIO e LAPCOM (ACERVO..., 2013) e a de Gomes e Santos (2004) que abordaram com a questão da memória do rádio, com um enfoque não tão distante da Responsabilidade Social Histórica apresentada aqui.

Dessa forma, concluindo que a questão da Memória Institucional no ambiente das emissoras de rádio evangélicas é ainda um tema pouco explorado, esta pesquisa pretende oferecer informações novas sobre o tema abordado, tendo em vista a possibilidade da definição de hipóteses e/ou conclusões. Esta pesquisa caracteriza-se, portanto, como uma pesquisa do tipo exploratória, que, segundo Gil (1999, p.), é desenvolvida “[...] com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.”

Esta pesquisa pretende, assim, oferecer os primeiros passos para reflexões mais aprofundadas sobre a temática, tendo em conta a importância já comprovada do rádio na cultura e na memória da sociedade. Por isso, a sua abordagem metodológica se utilizará de valores qualitativos, buscando maior liberdade para a interpretação, decodificação e descrição da realidade sobre a memória no rádio evangélico cearense (NEVES, 1998).

A memória é entendida, em todas as suas dimensões, como uma propriedade peculiar dos seres humanos. Entretanto Halbwachs (1990) afirmou que os indivíduos pertencem a dois tipos de memória: a memória individual e a memória do grupo. Essa afirmação corrobora com o funcionalismo, o quadro de referência utilizado para dar sustentação científica a esta pesquisa.

Richardson (1999, p.) afirma que para Malinowski, no funcionalismo, as necessidades básicas do seres humanos (como, neste caso, a memória), requerem “[...] funções sociais que

satisfaçam efetivamente tais necessidades.”. E, assim, como o rádio é uma ampliação da necessidade básica de se comunicar, a preservação da memória proveniente das práticas radiofônicas, é uma necessidade básica de se preservar as memórias individuais.

Levar em consideração a necessidade de se implementar a Responsabilidade Social Histórica nas emissoras de rádio e o desenvolvimento de projetos e programas de Memória Institucional nessas emissoras é, portanto, mais do que uma sugestão ocasional, é uma proposta de luta contra o esquecimento social de, queiram ou não queiram, uma parte importante da memória coletiva, da cultura popular e da história local, regional e global.

Para angariar informações sobre o estado atual da questão da memória nas emissoras de rádio, utilizaram-se como métodos de coleta de dados um questionário e uma entrevista. A escolha desses instrumentos se deu porque de acordo com Castro (1978 *apud* Richardson, 1999) um só questionário bem elaborado permite obter informação sobre uma grande variedade de temas específicos mais facilmente.

Para conseguir informações sobre a emissora, suas características administrativas, informações sobre os seus acervos de áudio e sobre a existência de eventos de comemoração, o questionário aqui aplicado utilizou-se de uma combinação de vinte e duas perguntas abertas e fechadas.

A entrevista, de sete perguntas, buscava obter opiniões mais detalhadas sobre a questão da memória cristã evangélica, a influência do rádio para essa memória, a questão da memória institucional nas emissoras de rádio, a inserção dos acervos de áudio nessa memória, seu gerenciamento e uso, e sobre medidas estratégicas de gestão desses acervos.

Este questionário teve como locus as emissoras evangélicas de rádio FM com matriz em Fortaleza ou cuja programação é parcialmente produzida em Fortaleza, e, como sujeitos da pesquisa, os responsáveis pelo gerenciamento direto de seus acervos de áudio.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao mexer no dial de qualquer receptor de rádio na cidade de Fortaleza, é possível identificar uma porção de emissoras de rádio transmitindo música, informação e entretenimento para todas as classes de ouvintes existentes na capital cearense, tanto em frequência modulada (FM) quanto em amplitude modulada (AM).

Diferentemente do que foi encontrada em um panorama anterior (PINHEIRO; LIMA e MARQUES, 2011), hoje, segundo o site tudoradio.com, é possível encontrar vinte emissoras de rádio em funcionamento – não considerado a faixa destinada às rádios comunitárias –, cujas concessões são da cidade de Fortaleza ou da Região Metropolitana (TUDO RADIO.COM, 2015).

Considerando o fato de que este trabalho se propõe a estudar a memória institucional nas emissoras de rádio evangélicas, utilizou-se o mesmo site para identificá-las, sendo encontradas atualmente nove emissoras em funcionamento em Fortaleza.

Apontaram-se como características essenciais para a entrada no universo de pesquisa: emissoras situadas ou com estúdios localizados em Fortaleza e cuja programação é total ou parcialmente local. Considerando que das nove emissoras, duas são totalmente retransmissoras e uma está situada na cidade de Caucaia (e durante a realização da presente pesquisa, parou de funcionar), restaram apenas seis.

Das seis emissoras restantes, compuseram a amostra apenas quatro. Das não entrevistadas, uma afirmou que estava impossibilitada de dar entrevistas, já que a emissora, no momento, estava passando por reparo técnico, e a outra afirmou que não poderia dar entrevista sem a liberação da presidência da igreja à qual a emissora é subordinada. A amostra restante foi o suficiente para a coleta dados e informações sobre a questão da memória institucional refletida nos acervos de áudio das emissoras de rádio evangélicas de Fortaleza

6.1 EMISSORAS DE RÁDIO EVANGÉLICAS EM FORTALEZA

Através do questionário de perguntas abertas e fechadas utilizado nesta pesquisa chegou-se à conclusão de que as quatro emissoras entrevistadas, denominadas aqui, devido a

questões éticas de pesquisa, como Emissora 1 , Emissora 2, Emissora 3 e Emissora 4, são emissoras de programação totalmente evangélica, sendo apenas uma retransmissora com programação parcialmente local (Emissora 2).

Todas as emissoras pesquisadas (assim também como aquelas que não foram inseridas neste trabalho) são pertencentes a igrejas evangélicas de ramo pentecostal, possuindo representantes da primeira onda (1), da segunda onda (1) e da terceira onda do movimento no Brasil (2)². Essa informação é importante devido ao fato de que, como já afirmado anteriormente, as igrejas evangélicas brasileiras mais antigas tinham aversão aos meios de comunicação de massa, enquanto as mais recentes (como as neopentecostais) são mais abertas ao uso desses veículos.

As emissoras entrevistadas são extremamente recentes em aspectos históricos, sendo a mais antiga de 2008 (Emissora 2), seguida da Emissora 1 (2010) e das Emissoras 3 e 4 (ambas de 2012), contando assim cerca de cinco anos de transmissão evangélica por meio do rádio em Fortaleza, com programação total ou parcialmente local.

6.2 MEMÓRIA EVANGÉLICA

As rádios entrevistadas receberam um questionário de perguntas abertas e fechadas, que permitiu realizar um levantamento de informações institucionais, administrativas e de acervo de áudio, assim também como foi realizada uma entrevista com os seus gestores (gerais ou apenas dos acervos de áudio).

² O pentecostalismo é uma corrente recente (séculos XIX-XX) do protestantismo, cuja principal doutrina distintiva é a crença na atualidade dos dons do Espírito Santo, como, por exemplo, o falar em línguas e a cura. Segundo Miranda (2005), o movimento pentecostal no Brasil pode ser dividido em três grandes ondas: o pentecostalismo clássico, que trouxe consigo a doutrina do Batismo no Espírito Santo e se baseava principalmente no *falar em línguas* (1910-1950, identificado com a chegada e consolidação das igrejas Assembleia de Deus e Congregação Cristã no Brasil); o deuteropentecostalismo (1950-1970, com igrejas como Evangelho Quadrangular e o Brasil para Cristo, que impulsionaram o uso do rádio como veículo de comunicação importante para a pregação do evangelho), que enfatizavam os *dons de curar*; e o neopentecostalismo (1970 em diante, com igrejas como Universal do Reino de Deus e Internacional da Graça de Deus), que se firmam principalmente em doutrinas como *batalha espiritual*, *Teologia da Prosperidade* e *liberação dos usos e costumes*. Miranda também cita a existência de um grupo denominado “históricos renovados”, que são comumente entendidos como as dissidências carismáticas das igrejas protestantes históricas (batistas, presbiterianos, anglicanos, luteranos, anabatistas, metodistas e congregacionais).

Essa entrevista estava baseada nos três eixos do presente trabalho “Rádios Evangélicas e Memória”, “Memória Institucional” e “Gestão dos Acervos de Áudio”. No primeiro eixo foram realizadas duas perguntas: “Qual a importância da memória para a igreja evangélica do Ceará nos dias de hoje?” e “Qual a influência das emissoras de rádio na construção, consolidação e preservação da memória evangélica cearense?”.

As duas questões acima mencionadas estão baseadas nos estudos que fundamentam esta pesquisa, entendendo que o cristianismo é classificada como uma religião da memória (LE GOFF, 2002) e que as emissoras de rádio fazem parte da memória da comunidade a qual atende.

6.2.1 Memória evangélica no Ceará contemporâneo

A primeira pergunta realizada durante a entrevista aos gestores das emissoras (ou de seus acervos de áudio) procurou detectar de que maneira a igreja evangélica cearense entende sobre memória e, conseqüentemente, sobre a sua preservação. Essa indagação é de extrema importância, pois se entende que as organizações seguem os movimentos culturais de seu tempo, de forma que, se as igrejas evangélicas prezam pela memória, assim também as suas emissoras de rádio possuem o mesmo sentimento.

Encontraram-se opiniões que diversas, que ora apresentam realidades em que a Memória Evangélica Cearense está esquecida, ora realidades em que ela é ressaltada como parte importante do fazer da igreja. Essas opiniões (assim como as defendidas nas outras perguntas) foram transcritas e organizadas em mapas conceituais gerados pelo programa Cmap Tools do *Institute for Human and Machine Cognition* (IHMC).

A primeira emissora entrevistada (Emissora 1) apresentou uma situação de alienação sobre a questão da memória evangélica cearense. Segundo o entrevistado a memória evangélica está relacionada a lembranças pertencentes a memórias individuais, que se extirparão com os seus donos. Essa posição “bergsoniana” da memória acaba por esquecer as implicações que muitas memórias individuais possuem na construção da memória coletiva e vice-versa (como apontado por Halbwachs, 1990).

Figura 1 – Emissora 1 – Resposta 1

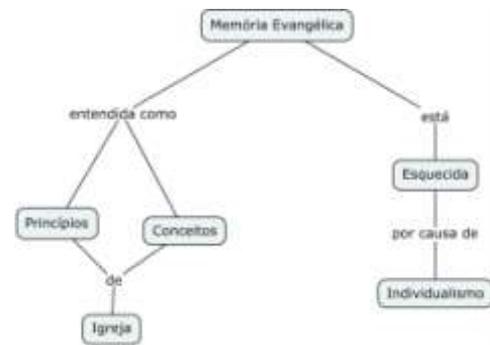


Fonte: o autor.

Ele aponta como principais exemplos de preservação da memória cristã a Bíblia, cujos ensinamentos aponta como ainda atuais, e o Centenário das Assembleia de Deus ocorrido recentemente. O esquecimento está relacionado à não documentação dessas memórias (tácito → explícito).

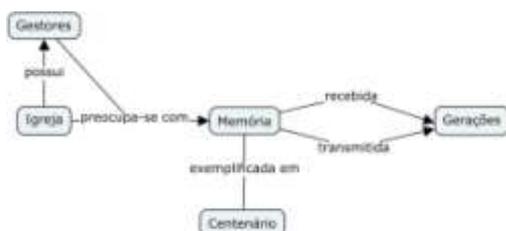
O posicionamento da Emissora 1 corrobora com o pensamento da Emissora 2. Essa, que apesar de entender a memória evangélica como os princípios e os conceitos por ela defendida e definida (tendendo assim para o conceito de memória coletiva de Halbwachs), também aponta o estado de esquecimento que essa memória possui devido ao individualismo encontrado na igreja contemporânea.

Figura 2 – Emissora 2 – Resposta 1



Fonte: o autor.

Figura 3 – Emissora 3 – Resposta 1

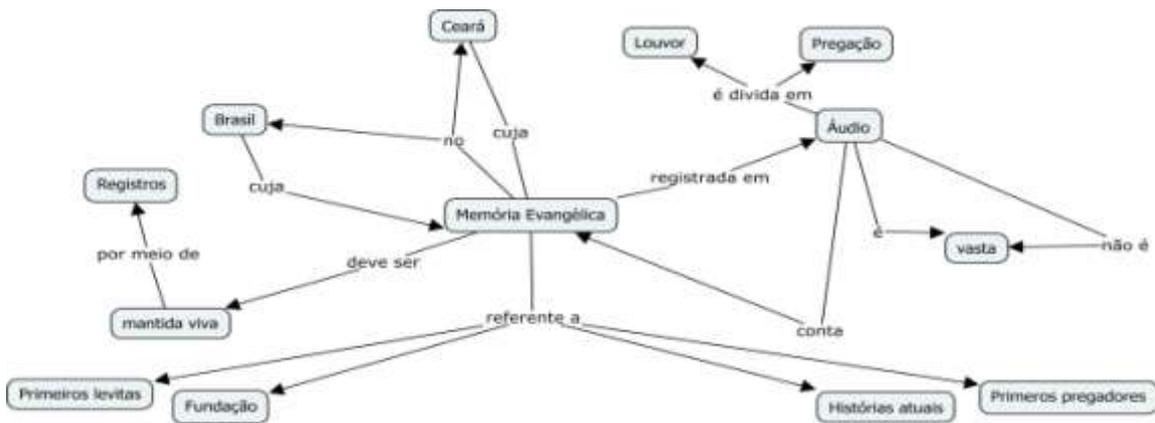


Fonte: o autor.

As emissoras 3 e 4 apresentam, por outro lado, vivências diferentes em relação à memória evangélica. A Emissora 3 possui uma preocupação maior em relação à memória devido aos percalços encontrados na celebração de seu Centenário no Estado. Dessa forma, no âmbito da emissora, a memória é um bem que foi recebido e que deve ser transmitido entre as diferentes gerações de cristãos.

Já a Emissora 4 apresentou uma resposta bem mais elaborada, entendendo que a memória evangélica fala sobre os primeiros levitas (leia-se cantores) e pregadores, assim como as histórias de fundação e as histórias atuais. O entrevistado também apresentou a necessidade de manter essa memória viva por meio de registros e apontou o fato de que a memória cearense registrada em áudio (a memória da pregação e a do louvor) ainda é pouco vasta em relação à brasileira.

Figura 4 – Emissora 4 – Resposta 1



Fonte: o autor.

As respostas apresentadas por esses quatro gestores apontam que ainda existem dificuldades de definição do que é o conceito de memória evangélica. Arraigadas nas histórias de fundação, refletidas em personalidades e em registros históricos, essas respostas acabam por desprezar o poder e o efeito que a memória coletiva (inseridas ao mesmo tempo em indivíduos e em grupos) possui na preservação da memória evangélica, quando recuperada, preservada e retransmitida.

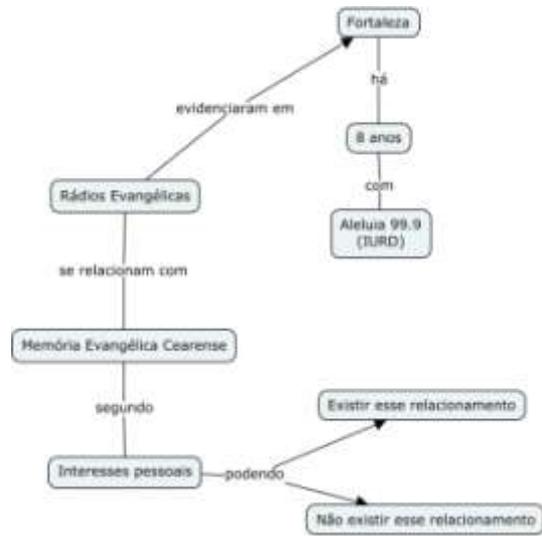
6.2.2 Emissoras de rádio e a preservação da memória evangélica

Iniciando as discussões sobre o relacionamento das emissoras de rádio evangélicas e a questão da memória, a segunda questão do eixo “Rádios evangélicas e Memória” indagava “Qual a influência das emissoras de rádio na construção, consolidação e preservação da memória evangélica cearense?”.

A Emissora 1, seguindo a linha de pensamento da primeira pergunta, apresentou uma face pessimista da realidade das relações entre rádios evangélicas e memória. Segundo o entrevistado, essa relação pode tanto existir no seio da emissora, como não, pois está estreitamente ligada a interesses pessoais de seus gestores.

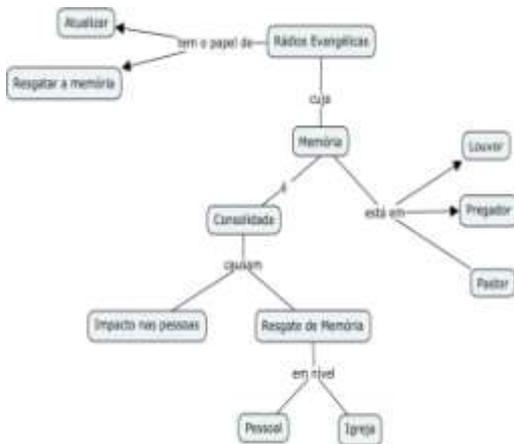
Por outro lado, as demais emissoras, relatando as suas próprias experiências, afirmaram um estado mais esperançoso quanto à relação entre as rádios evangélicas e a memória.

Figura 5 – Emissora 1 – Resposta 2



Fonte: o autor.

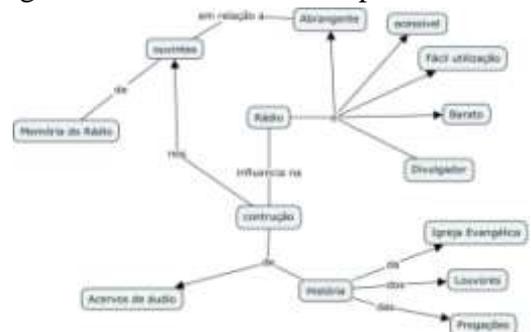
Figura 6 – Emissora 2 – Resposta 2



Fonte: o autor.

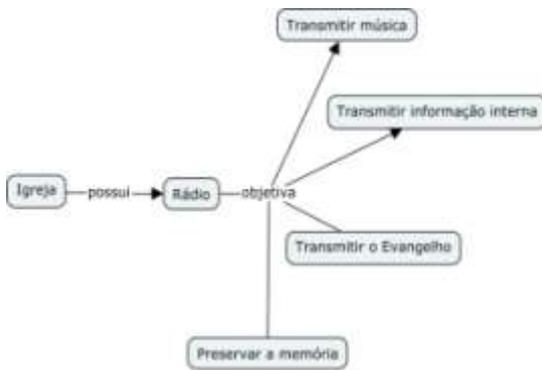
Por ser um veículo fácil, barato e abrangente, o rádio consegue influenciar na construção da história da igreja evangélica, dos louvores e das pregações (no sentido histórico e institucional) e ao mesmo tempo criar nos ouvintes a própria memória radiofônica.

Figura 7 – Emissora 4 – Resposta 2



Fonte: o autor.

Figura 8 – Emissora 3 – Resposta 2



Fonte: o autor.

A Emissora 3 apresentou por outro lado, uma realidade mais institucional do que as outras. A igreja, à qual a emissora está subordinada, possui o veículo com quatro objetivos: transmitir música, transmitir informação interna, transmitir o Evangelho, assim como preservar a memória. Dessa forma, a rádio se torna, ao mesmo tempo, um instrumento de comunicação interno e de preservação da memória institucional, através da construção de uma relação afetiva e de pertença entre a emissora e os seus ouvintes.

A relação entre a memória evangélica e as emissoras de rádio evangélicas, como observado nas respostas acima descritas, apresenta-se como muito íntima, uma vez que o rádio, através de suas qualidades e seus produtos, tende a criar um laço afetivo entre o ouvinte e as suas transmissões (seja de música, informação ou pregação).

6.3 MEMÓRIA INSTITUCIONAL NAS EMISSORAS DE RÁDIO

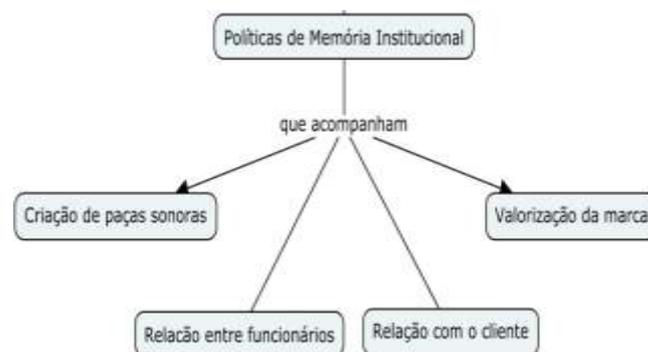
No segundo eixo de questões da entrevista realizada na presente pesquisa, “Memória Institucional”, realizaram-se perguntas que pudessem obter informações sobre a existência de políticas de memória das emissoras de rádio fortalezenses, assim também qual o espaço que os acervos de áudio possuem nessas políticas.

6.3.1 Políticas de Memória Institucional

A primeira pergunta realizada no eixo “Memória Institucional” foi “A sua emissora define políticas internas para a preservação da memória institucional?”. As respostas que as quatro emissoras entrevistadas ofereceram foram afirmativas, apresentando apenas algumas peculiaridades que serão ressaltadas a seguir.

A Emissora 1 aproximou-se grandemente do conceito de Memória Institucional na apresentação de suas políticas. Segundo ela, as políticas internas de memória institucional acompanham desde a criação de peças sonoras, até as relações entre funcionários e com os ouvintes. Essas políticas visam valorizar a marca, o que é um objetivo reconhecido nos estudos de memória de empresa.

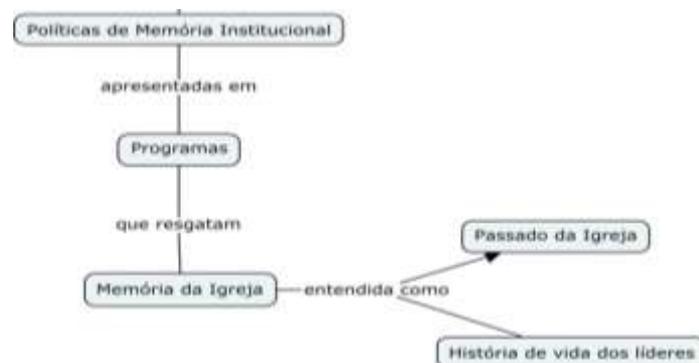
Figura 9 – Emissora 1 – Resposta 3



Fonte: o autor.

A Emissora 2, afirmando a existência de políticas de Memória Institucional, apresentou como principais produtos dessas políticas a criação de programas que tenham a capacidade de resgatar a memória da igreja, entendida como o passado da igreja (a qual a rádio está subordinada e os ouvintes pertencem) e a história de vida dos líderes.

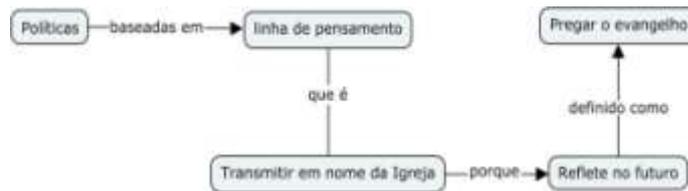
Figura 10 – Emissora 2 – Resposta 3



Fonte: o autor.

A Emissora 3 apresentou uma realidade comum ao resgate de memória institucional: a necessidade de se seguir uma linha de pensamento (uma política central, uma missão e uma visão) que norteie toda a ação da organização. A emissora em questão tem como objetivo transmitir em nome da igreja, agindo, portanto, como porta-voz dessa, entendendo que as ações atuais refletirão no futuro, que, para igreja, gira em torno da pregação do Evangelho.

Figura 11 – Emissora 3 – Resposta 3



Fonte: o autor.

A Emissora 4 apresentou uma resposta mais abrangente sobre as políticas de memória institucional por ela definidas. Segundo o entrevistado, existe um cuidado especial em relação ao acervo resultante da programação emitida, com direito a catalogação e classificação específicas, visando mantê-lo vivo e disponível para uso em estudos futuros e em pregações.

Figura 12 – Emissora 4 – Resposta 3



Fonte: o autor.

A Memória Institucional, portanto, possui grande atenção pelas emissoras de rádio evangélicas. Elas compreenderam o valor que a memória possui no relacionamento da instituição com os seus ouvintes/clientes/fieis e na consolidação da marca ante a sociedade como um todo.

6.3.2 Acervos de áudio nas Políticas de Memória Institucional

Os acervos de áudio são bem presentes nas emissoras de rádio evangélicas: as quatro emissoras entrevistadas afirmaram possuir acervo de áudio, encontrado principalmente em formato digital, em espaço próprio, catalogado em um programa de computador, cujos, gestores dedicados ao acervo são ou programadores ou sonoplastas ou ambos.

Das quatro emissoras, apenas a Emissora 3, no questionário preliminar, afirmou nunca ter realizado algum tipo de comemoração de sua existência, através de eventos, vinhetas e programas. Das três emissoras que utilizaram vinhetas e programas para a comemoração de sua existência, apenas a Emissora 2 afirmou não utilizar o acervo de áudio já existente para criar as peças sonoras.

Os acervos de áudio e a memória institucional das emissoras de rádio estão intimamente ligados, é por isso que a segunda pergunta do eixo “Memória Institucional” é “Essas políticas internas de memória envolvem a gestão de acervos de áudio da emissora?”, pois toca no ponto principal de discussão deste trabalho: a relação existente entre as políticas de memória institucional nas emissoras de rádio evangélicas e o cuidado com os seus próprios acervos de áudio.

Os acervos de áudio são de extrema importância nas emissoras de rádio entrevistadas. Essa questão não foi respondida pela Emissora 3, entretanto fica claro, nos questionamentos seguintes o papel dos acervos de áudio na preservação de sua memória institucional.

Segundo a Emissora 1, as suas políticas internas de memória institucional envolvem os acervos de áudio que ela possui. Para isso, há investimento em tecnologia digital que possibilite o seu gerenciamento, visando registrar, guardar e preservar os acervos de áudio.

Figura 13 – Emissora 1 – Resposta 4



Fonte: o autor.

Figura 14 – Emissora 2 – Resposta 4



Fonte: o autor.

O passado e o presente se confundem na fala da Emissora 2. O entrevistado, que anteriormente afirmou a importância do rádio como veículo de atualização e resgate de memória, ressalta agora a capacidade que os acervos de áudio possuem de, simultaneamente, preservarem todas as situações vividas pela emissora para que sejam acessadas e revividas pelas futuras gerações. A cogitação da criação de um museu, pela emissora, demonstra a importância que a memória possui no relacionamento da emissora (e da igreja responsável) e os seus ouvintes/fieis.

A Emissora 4, por outro lado, apresentou uma combinação das respostas anteriores. Os acervos de áudio, assim como demonstrado pela Emissora 2, falam sobre as histórias do passado (material antigo), assim como as histórias do presente (material atual). Esses materiais devem ser incluídos nas políticas de memória institucional da emissora, visando, assim como apontado pela Emissora 1, guardá-los, classificá-los, catalogá-los, organizá-los e utilizá-los.

Figura 15 – Emissora 4 – Resposta 4



Fonte: o autor.

É possível extrair das respostas oferecidas pelas emissoras, que as políticas de memória institucional no rádio estão estritamente ligadas ao gerenciamento dos acervos de áudio, ao investimento em tecnologias que possam preservá-los e, principalmente, mantê-los para que as diferentes gerações de ouvintes/fieis tenham acesso a essa parte da história da emissora/igreja.

6.4 GESTÃO DE ACERVOS DE ÁUDIO

Detectou-se no eixo anterior que as políticas de memória institucional relacionadas aos acervos de áudio incluem uma série de atividades de gestão, visando à guarda, à preservação e

à recuperação da informação contida neles. Essa informação é um primeiro passo para entrar no último eixo da presente pesquisa, “Gestão de Acervos de Áudio”.

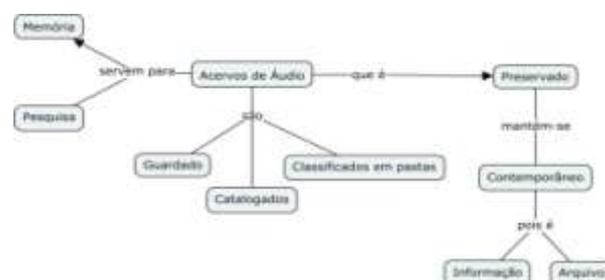
O eixo procura responder às seguintes questões: “Como os acervos de áudio são gerenciados pela emissora, principalmente, em relação à preservação e o descarte dos documentos sonoros?”, “Os documentos sonoros que são preservados são utilizados para que fins?” e “Diante da possibilidade de uso dos acervos de áudio na preservação da memória institucional, quais medidas estratégicas o gestor deve tomar para a preservação dos documentos sonoros de sua emissora?”.

6.4.1 Gerenciamento dos documentos sonoros: preservação e descarte

Procurando atentar-se aos documentos sonoros que compõem os acervos de áudio das emissoras de rádio evangélicas, a primeira questão do eixo se propõe a angariar informações sobre a gestão dos acervos de áudio e as possíveis práticas de preservação e descarte existentes nas emissoras entrevistadas.

Na Emissora 1, os acervos de áudio são preservados, porque se considera que a informação e os arquivos (os suportes) mantêm-se contemporâneos, mesmo com o passar do tempo, podendo ser utilizados para a reconstrução de futuras peças sonoras. É pensando nessa possibilidade de recuperação da informação sonora, que os acervos de áudio são catalogados e classificados no sistema utilizado pela emissora.

Figura 16 – Emissora 1 – Resposta 5



Fonte: o autor.

Os aspectos legais foram lembrados pela Emissora 2. Como dito em outra ocasião, a lei brasileira obriga as emissoras de rádio a guardarem seus acervos por pelo menos 24 horas (ou 30 dias como na informação oferecida pelo entrevistado), entretanto a emissora mantém

preservado todos os documentos gerados de sua programação desde o início de suas atividades.

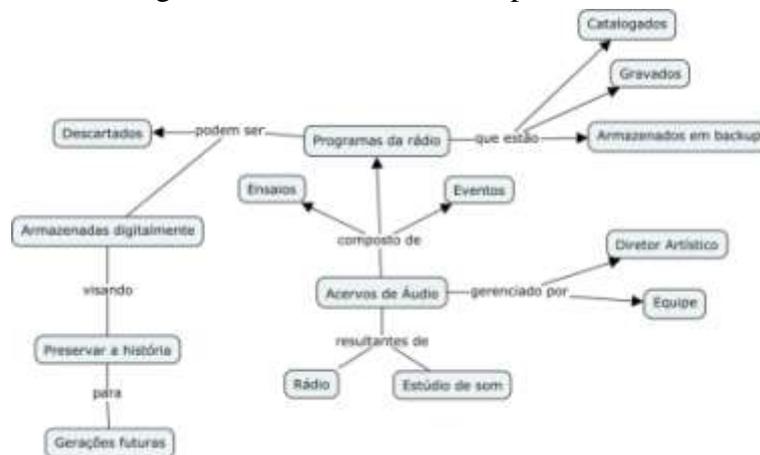
Figura 17 – Emissora 2 – Resposta 5



Fonte: o autor.

A Emissora 3 informou que o seu acervo de áudio, composto não somente pela programação da rádio, mas também dos áudios obtidos em ensaios e eventos, são gerenciados pelo diretor artístico em conjunto com uma equipe dedicada e competente, que assim como nas anteriores trabalham para que esse acervo esteja catalogado e guardado a alto nível de segurança. Apesar de ter sido a única emissora a lembrar a possibilidade de descarte de determinados documentos, a emissora afirmou a necessidade de se armazenar esse acervo, visando preservar história e repassá-la para as demais gerações.

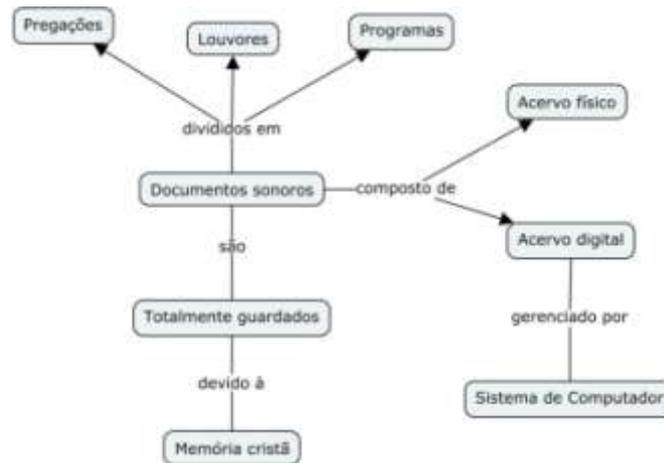
Figura 18 – Emissora 3 – Resposta 5



Fonte: o autor.

Na Emissora 4, os documentos sonoros são totalmente guardados, não ocorrendo algum tipo de descarte, seja do acervo físico, seja do digital, porque esses documentos refletem a memória cristã. O material é dividido por categoria (pregações, louvores e programas) e é gerenciado pelo sistema de computador da emissora.

Figura 19 – Emissora 4 – Resposta 5



Fonte: o autor.

Pode-se perceber nas respostas dadas pelos entrevistados, que os acervos de áudio nas emissoras de rádio evangélicas são gerenciados digitalmente, de forma que possam ser recuperados posteriormente e ao mesmo tempo esteja assegurada a sua preservação. É interessante também apontar a importância de equipe de trabalho na gestão desses acervos, como no caso da Emissora 3.

6.4.2 Uso dos documentos sonoros

A segunda pergunta do eixo 3 tem como objetivo descobrir se existem e quais são os usos que as emissoras de rádio evangélicas fazem de seus documentos sonoros e de que forma esses usos ocorrem.

A Emissora 1 decidiu não responder a essa questão por afirmar já tê-la respondido na anterior. Voltando atrás identificamos como usos do acervo: criação de novas peças sonoras, memória e fonte de pesquisa. Já a Emissora 2 apontou como usos somente aqueles já observados em outras situações, como: memória e documento de prova.

Figura 20 – Emissora 2 – Resposta 6



Fonte: o autor.

A Emissora 3 apresentou uma resposta mais detalhada à questão. Devido ao fato de que a emissora pertence a uma igreja que durante os últimos anos se dedicou a recuperar e consolidar a sua memória centenária, os usos dados aos seus acervos de áudio já apresentam

características mais memorialísticas. Isso é perceptível quando o entrevistado diz que os acervos são utilizados para oferecer *informação histórica* e *histórias detalhadas* sobre o que acontece no ambiente eclesial.

Figura 21 – Emissora 3 – Resposta 6



Fonte: o autor.

Na Emissora 4, a questão da pesquisa é muito relevante na hora de usar os acervos, além do uso para a criação de programação especializada. Segundo o entrevistado, os documentos sonoros são usados para a pesquisa interna, visando o estudo e a montagem de pregações, por exemplo, o que é um fator interessante, pois tende a criar um relacionamento de busca e necessidade de informação com o usuário do acervo. A emissora também apontou a possibilidade de uso dos acervos para pesquisadores externos.

Figura 22 – Emissora 4 – Resposta 6



Fonte: o autor.

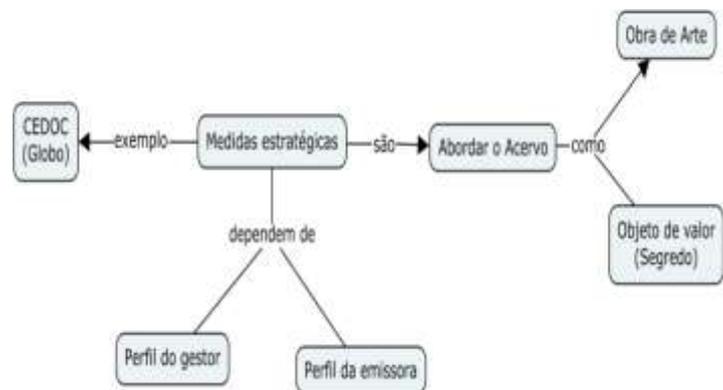
As emissoras de rádio evangélicas de Fortaleza demonstraram em suas respostas que já compreendem as múltiplas possibilidades de uso que os acervos de áudio possuem. A qualidade de suporte de informação histórica e fonte de informação para pesquisa são dois aspectos extremamente relevantes desses acervos e que trazem à tona a necessidade de se ter uma nova abordagem no gerenciamento dos documentos sonoros de emissoras de rádio, que seja mais reflexiva, teórica e estratégica do que técnica, empírica e aleatória.

6.4.3 Medidas estratégicas para a preservação dos acervos de áudio

A última questão do terceiro eixo e da presente pesquisa requereu dos entrevistados que, diante das realidades vividas por cada uma das emissoras evangélicas, apresentassem as principais medidas que um gestor, que compreende o papel dos acervos de áudio na preservação da memória institucional de sua emissora, deve tomar.

A Emissora 1 afirmou que as medidas estratégicas dependem do perfil de cada gestor e de cada emissora, mas que se forem tomadas medidas estratégicas para os acervos de áudio, esses devem ser entendidos como *obra de arte* e *objeto de valor* (segredo), frutos de um trabalho artístico dedicado e peculiar à emissora que o desenvolveu.

Figura 23 – Emissora 1 – Resposta 7



Fonte: o autor.

Figura 24 – Emissora 2 – Resposta 7

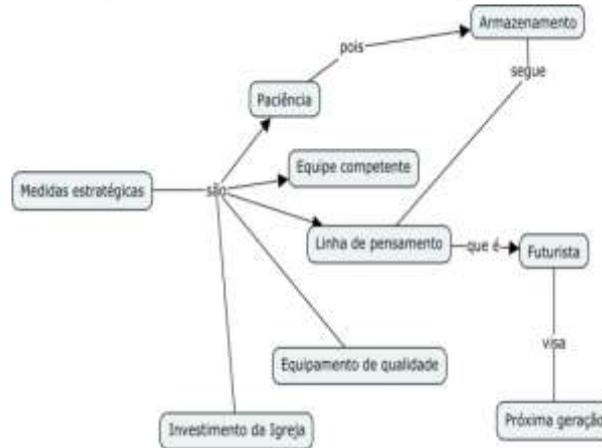


Fonte: o autor.

Dentre as medidas estratégicas apontadas pela Emissora 3 estão: paciência (inteligência emocional), equipe competente, linha de pensamento pré-estabelecida (missão e visão, por exemplo), equipamento de qualidade e investimento da igreja. O entrevistado aponta que o investimento da igreja não deve ser entendido como desnecessário, mas, pelo contrário, uma questão de pensar na próxima geração que também vai querer ter acesso às informações históricas geradas no presente.

A segunda emissora ressaltou que as medidas estratégicas devem ser tomadas levando em conta a preservação da memória e ao mesmo tempo a disponibilização do acervo. Essas medidas devem abranger o uso de planejado de tecnologias de armazenamento.

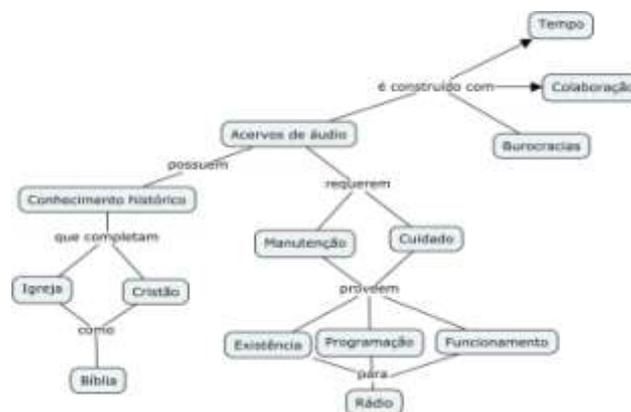
Figura 25 – Emissora 3 – Resposta 7



Fonte: o autor.

Já a Emissora 4, conhecendo os percalços que envolvem a construção de um bom acervo de áudio, que demanda tempo, colaboração externa (como a das gravadoras) e burocracias, apontou apenas o fato de que os acervos de áudio devem ser considerados fontes de conhecimento histórico, assim também como essenciais para o seu funcionamento.

Figura 26 – Emissora 4 – Resposta 7



Fonte: o autor.

As emissoras, portanto, tocaram em todos os pontos possíveis para a definição de medidas estratégicas para a preservação dos documentos sonoros de suas emissoras. Apresentá-las como fontes de conhecimento histórico e obra de arte, por exemplo, destaca a necessidade de preservá-los, investindo assim em equipes de trabalho e tecnologias que possam otimizar o seu gerenciamento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento dos conceitos de Responsabilidade Social exigiu das empresas e instituições atitudes que fortalecessem o seu relacionamento com a sociedade em que estão inseridas por meio de ações sociais que investissem em cultura, educação, saúde e meio ambiente, por exemplo.

A Responsabilidade Social Histórica, que, segundo Nassar (2012), chega a englobar todas as demais responsabilidades empresariais, demandam que as empresas e instituições pensem nas consequências históricas de suas ações, também históricas, na sociedade com a qual se relacionam. E a principal saída oferecida pelo autor é a Memória Institucional.

A Memória Institucional, que, além de oferecer subsídios para a criação de um relacionamento afetivo com o cliente das empresas e instituições, como é apresentando em Nassar (2004) também pode proporcionar uma “história pura” (SILVA, E. 2011), uma história que preservasse os acontecimentos históricos, bons ou ruins, assim como a memória coletiva dos grupos que estiveram em constate contato com essas empresas e instituições.

O rádio, como veículo, empresa e mesmo instituição, se estabilizou no seio da civilização moderna, de forma que a sua história se confunde com a história das sociedades tanto no exterior, acompanhando as experiências com eletricidade e telecomunicações tão importantes para a sociedade atual (SAMPAIO, 1984; FERRARETO, 2001), como no Brasil.

Chegando aqui na festa do Centenário da Independência do país (FERRARETO, 2001) e serpenteando entre as mãos de ditadores e de revolucionários, vivendo auges, com direito a Era de Ouro, sendo intensamente atacado pelas ondas do esquecimento e superando as expectativas ao dominar o mar digital, o rádio também fez (e faz) parte da história brasileira, assim como também da cearense.

Porém a memória sonora das emissoras de rádio, como no exemplo cearense (RODRIGUES; SILVA, 2009), muitas vezes não conseguiu chegar aos dias de hoje. Retentores de uma boa parte do que se pode chamar de Memória do Rádio, a Memória Institucional das emissoras de rádio inseridas nos acervos de áudio foi muitas vezes ignorada e até mesmo jogada no lixo.

Essa situação não pode mais ser tida como comum. As emissoras de rádio já devem nascer conscientes que possuem uma Responsabilidade Social Histórica e que precisam

devolver para a sociedade, em forma de Memória Institucional, preservada, guardada e bem gerida, uma parte de sua história.

As emissoras evangélicas, um dos ramos mais recentes de emissoras de rádio no Brasil e, principalmente no Ceará, precisam possuir a perspectiva apresentada acima, sob uma visão ampla, que englobe toda a sociedade, e também direcionada à comunidade evangélica, que delas usufrui, com elas se relaciona e nelas investe, principalmente porque, como afirmado por Le Goff (1996), o cristianismo é uma religião da memória e a questão da memória é inerente às suas crenças e práticas.

A partir do questionário e das entrevistas realizadas pelo presente trabalho com quatro das seis emissoras que formam o universo da pesquisa, foi possível chegar a algumas conclusões relacionadas ao objetivo geral e aos específicos, assim como a uma resposta ao problema de pesquisa.

Através dessa pesquisa, foi possível identificar como essas emissoras de rádio lidam com a questão da memória evangélica, de forma que se encontraram opiniões tanto negativas como positivas. Apesar do individualismo detectado por algumas das emissoras de rádio, que por muitas vezes exclui a memória do rol de preocupações dos evangélicos, existe um movimento interno de preservação da memória, que as próprias emissoras entenderam, captaram e investiram na veiculação de programas e peças sonoras que resgatam as memórias dos ouvintes.

E isso se reflete nas próprias emissoras, que, unânimes, afirmaram possuir até mesmo políticas de memória institucional, que permitam manter vivas suas memórias, consolidar as suas marcas e, principalmente, contar a história das igrejas às quais estão subordinadas, suas características e formas de pensar, sendo assim historicamente responsáveis e constatando que, como delineado no primeiro objetivo específico desta pesquisa, a memória é um fator de grande importância para as emissoras de rádio evangélicas de Fortaleza.

Os acervos de áudio, suportes por excelência da memória radiofônica (GOMES; SANTOS, 2004), devem também ser considerados como principal reduto da Memória Institucional. E é essa a realidade encontrada nas emissoras evangélicas de rádio de Fortaleza, como constatado no presente pesquisa.

Identificou-se que as emissoras de rádio evangélicas se preocupam demasiadamente com os seus acervos de áudio, seja de música, seja de programação, respondendo assim de

forma positiva o segundo objetivo específico tracejado, considerando-os parte importante de seu fazer e da memória coletiva.

E também se descobriu, como almejado pelo terceiro objetivo específico, que a memória influencia sim na gestão desses acervos de áudio, desde a sua criação, até o seu armazenamento, preservação, catalogação e, em alguns casos, descarte, de maneira que elas estão inseridas nas políticas de memória institucional das próprias emissoras.

Portanto, através do referencial teórico esboçado e os resultados obtidos por meio da coleta de dados realizada, conseguiu-se alcançar o objetivo geral dessa pesquisa, concluindo que, na amostra pesquisada, as emissoras de rádio evangélicas de Fortaleza possuem políticas de Memória Institucional e que, inseridas nessas políticas, estão os acervos de áudio, que são considerados como expressão significativa dessa memória.

Essas informações encontradas também serviram de resposta para o problema de pesquisa apresentado no início deste trabalho que buscava saber de que forma que as emissoras de rádio FM evangélicas do Ceará estão dando importância para a preservação de sua memória sonora, visto que os acervos de áudio são uns de seus principais redutos de memória institucional.

Como já visto, as emissoras de rádio dão importância aos seus acervos de áudio, considerando-os partes importantes de sua memória e gerindo-os nessa perspectiva. Essa importância é percebida através dos investimentos em políticas, tecnologia, equipamentos e pessoas dedicadas ao gerenciamento desses acervos.

Concluindo-se assim, que, diferentemente das realidades encontradas nas emissoras de rádio cearenses pioneiras e nos dados oferecidos pelo relatório *Acervo de áudio das rádios públicas do Brasil* (2013), as emissoras de rádio evangélicas cearenses investem em recursos administrativos, tecnológicos e humanos, que lhes permitem agir como instituições historicamente responsáveis, visando devolver, primeiramente, aos grupos aos quais pertencem e, conseqüentemente, à sociedade parte significativa de sua história.

Entretanto, durante as entrevistas, foram detectados processos baseados em conhecimento empírico quando se fala de organização dos acervos de áudio das emissoras, sem algum tipo de padronização quanto à catalogação e indexação dos documentos sonoros, sendo estes processos acompanhados e/ou realizados por técnicos em sonoplastia ou programadores de rádio, cujas profissões, por natureza, não oferecem formação e

competências que os permitam transformar os softwares de gestão de emissoras de rádio em verdadeiros sistemas recuperação de informação e memória.

Em Ferraretto (2001, p. 43), é encontrada uma descrição dos cargos profissionais ocupados numa emissora de rádio e, dentre esses cargos, há um, cuja principal atribuição é “[organizar] o arquivo de gravações da emissora composto pelo acervo musical e por programas transmitidos”: o discotecário. Segundo o autor, a área de atuação do discotecário pertence, nas emissoras de rádio, aos profissionais radialistas, sendo regulamentada pela Lei nº. 6.615 e pelo Decreto nº. 84134/1979.

Entretanto é possível vislumbrar a necessidade de um profissional cujas competências e habilidades estão diretamente ligadas à criação de sistemas de recuperação de informação e memória e de processamento da informação sonora para atuar na gestão dos acervos de áudio das emissoras de rádio em geral. E esse profissional é entendido aqui como o bibliotecário, que, em Fortaleza, por exemplo, já conseguiu obter espaço como gestores de acervos de emissoras de televisão.

O presente trabalho é concluído com a certeza de que o *boom* memorialístico chegou também às emissoras de rádio evangélicas de Fortaleza e que essas compreendem a necessidade de preservação de seus acervos de áudio como forma de manter viva a sua memória institucional e da sociedade na qual está inserida, e de consolidação da marca e de seus valores junto aos clientes/ouvintes/fieis.

Mas também se encerra afirmando a necessidade de investimento em estudos que abordem o papel do bibliotecário em questões emergentes, como a Memória Institucional, e também em questões urgentes, como a inserção do bibliotecário na gestão de acervos de áudio nas emissoras de rádio.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANNO, Nicola. Memória. In: _____. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ACERVO de áudio das rádios públicas do Brasil: pesquisa. Brasília: ARPUB, LAPCOM, OBSERVATÓRIO, 2013. Disponível em: <http://www.observatorioradiodifusao.net.br/images/stories/Relatorios/Relatorio_Pesquisa_Acervo.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.
- ASSMANN, Hugo. **A igreja eletrônica e seu impacto na America Latina**: convite a um estudo. Petropolis, RJ: Vozes; 1986.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, vol. 1, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/385/293>>. Acesso em: 22 out. 2014.
- BARBOSA, Andreia Arruda. O lugar da memória institucional nas organizações complexas. In: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 4., 2010. **Anais...** s.l.: Abrapcorp, 2010. Disponível em: <http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/GT2/GT2_Andreia.pdf>. Acesso em 16 dez. 2013.
- BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: **Bíblia de Estudo Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, [20-?].
- BÍBLIA. N. T. Lucas. In: **Bíblia de Estudo Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, [20-?].
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 17. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1974.
- BRASIL. **Código Brasileiro de Telecomunicações**. Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4117.htm>. Acesso em: 08.11.2014.
- CANALITO, Jorge; LEME, Paulinho. **Rádio FM**: em Fortaleza em outra história. Fortaleza: Premius, 2007.
- CAMPOS, Eduardo. **50 anos de Ceará Rádio Clube**. Fortaleza: [s. n.], 1984.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e mídia no Brasil: uma história de acertos e desacertos. **REVER**, São Paulo, v. 8, p. 1-15, set. 2008. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2008/t_campos.htm>. Acesso em: 16 dez. 2013.
- _____. Evangélicos, pentecostais e carismáticos na mídia radiofônica e televisiva. **Revista USP**, São Paulo, n. 61, p. 146-163, mar./maio 2004. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/61/15-leonildo.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

CÔTE-LAPOINTE, Simon. **Évaluation des archives musicales et sonores numerique: un survol**. Disponível em: <https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/bitstream/handle/1866/9734/cote-lapointe_2013_evaluation-archives-musicales-sonores_un%20survol.pdf?sequence=1>. Acesso em 16 dez. 2013.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Adriano Lopes; SANTOS, Alexandre Ferreira dos. Mídia e memória: uma análise dos documentos sonoros das emissoras de rádio na cidade do Natal-RN (1945-1955). In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2., 2004. **Anais...** Florianópolis: ALCAR, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/2o-encontro-2004-1/MIDIA%20E%20MEMORIA%20UMA%20ANALISE%20DOS%20DOCUMENTOS%20SONOROS%20DAS%20EMISSORAS%20DE%20RADIO%20NA%20CIDADE%20DO%20NATAL-RN%20-1945-1955.doc>>. Acesso em: 22 out. 2014.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo, SP: Summus, 2003.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Documento e significação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação. In: FREITAS, Lídia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (org.). **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói, RJ: EdUFF, 2010.

LAURENT, Gilles St. **Guarda e manuseio de materiais sonoros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996. p. 423-483.

MARIANO, Ricardo. Tipologia das formações pentecostais. In: _____. **Neopentecostalismo: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. p. 23-50. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=KY-O_a9KuzYC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 16 maio 2015.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Nikola Tesla, o inventor no ambiente de criação da transmissão sem fio. In: MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do rádio: textos e contextos: volume 1**. Florianópolis, SC: Insular, 2005. p. 25-34.

NASSAR, Paulo. Relações públicas e a construção da história empresarial. In: _____. **Relações Públicas: a construção da responsabilidade social histórica e o resgate da memória**

institucional das organizações. 3. ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editorial; Rio de Janeiro: Senac Rio, 2012.

_____. Sem memória, o futuro fica suspenso no ar. In: NASSAR, Paulo (Org.). **Memória de empresa: História e Comunicação de mãos dadas a construir o futuro das organizações**. São Paulo: ABERJE, 2004. p. 15-22.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidade. **Cadernos de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, jul./dez. 1996.

NUNO, Fontes Ferreira. Evolução legal dos arquivos audiovisuais e sonoros em Portugal. **PontodeAcesso**, v. 6, n. 1, p. 156-171, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/5146/4346>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

OLSON, Roger. **História da teologia cristã: 2000 anos de tradição e reformas**. São Paulo: Vida, 2001.

OLIVEIRA, Marlene. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: _____ (coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 9-28.

OLIVEIRA, Paulo Roberto de. O homem e sua responsabilidade história em Karl Otto Apel. **Theoria: Revista Eletrônica de Filosofia**, v. 6, n. 16, p. 159-177, 2004. Disponível em: <<http://www.theoria.com.br/edicao16/09OHOMEMEASUARESPONSABILIDADEHISTORICA.pdf>>. Acesso em: 22 out 2014.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

PINHEIRO, Andréa; LIMA, Nonato; MARQUES, Paula. **Panorama do rádio em Fortaleza**. In: PRATA, Nair (org.). **Panorama do rádio no Brasil: volume 1**. Florianópolis: Insular, 2011.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BARBOSA, Marialva. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. **Comunicação e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 47, p. 99-113, 2007. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/737/744>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

RICCI, Isabel. Ultragaz: Projeto Espaço do Conhecimento. In: NASSAR, Paulo (org.). **Memória de empresa: História e Comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: ABERJE, 1994. p. 81-87.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Francisca Íkara Ferreira; SILVA, Erotilde Honório. A popularização do rádio no Ceará na década de 1940. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 7., 2009. **Anais...** Fortaleza: Alcar, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009->

1/A%20popularizacao%20do%20Radio%20no%20Ceara%20na%20decada%20de%201940.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2013.

RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. Memória institucional: uma revisão de literatura. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/62/64>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

SAMPAIO, Mario Ferraz. **História do rádio e da televisão no Brasil e no mundo:** (memórias de um pioneiro). Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SANTOS, Auro dos. A relação entre as instituições religiosas e suas práticas radiofônicas. **Cadernos da Escola de Comunicação**, v. 11, n. esp., p. 1-14, 2011. Disponível em: <<http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/comunicacao/article/viewFile/845/729>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

SILVA, Eduardo Augusto da. Irresponsabilidade histórica: memória e reputação corporativa como um dos desafios para a sustentabilidade. **Idea**, v.2, n. 2, 1-17, jan./jul. 2011. Disponível em: <<http://esamcuberlandia.com.br/revistaidea/index.php/idea/article/view/35/36>>. Acesso em: 22 out 2014.

SILVA, Ruben Ribeiro Gonçalves da. Fundamentos, desafios e alternativas para a salvaguarda e difusão de patrimônio documental fotográfico, audiovisual e sonoro. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 40, n. 3, p. 492-509, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/2050/1450>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

SOUSA, Sara Barbosa de. Os usos da memória empresarial. In: _____. **Memória Empresarial:** interesse utilitarista ou responsabilidade histórica. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-29102010-131012/pt-br.php>>. Acesso em: 22 out 2014.

TAVARES, Reynaldo C. **Histórias que o rádio não contou:** da galena ao digital, desvendando a Radiodifusão no Brasil e no mundo. 2. ed. São Paulo: Harbra, 1999.

TONINI, Beth; GAGETE, Élida. Memória Empresarial, uma análise da sua evolução. In: NASSAR, Paulo (org.). **Memória de empresa:** História e Comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: ABERJE, 1994. p. 113-126.

TUDO RÁDIO.COM. Disponível em: <<http://tudoradio.com/dials/cidade/198-fortaleza>>. Acesso em: 16 maio 2015.

**APÊNDICE 2 – LISTA DE EMISSORAS DE RÁDIO EVANGÉLICAS DE
FORTALEZA E REGIÃO METROPOLITANA EM 2015**

Tabela 1 – Lista de emissoras de rádio evangélicas de Fortaleza e Região Metropolitana em 2015

| Nome | Frequência | Igreja | Modulação |
|---|-------------------|---------------------------------------|------------------|
| Feliz FM (Retransmissora) | 90.7 | Comunidade Cristã Paz e Vida | FM |
| Líder Gospel (Local – Caucaia) | 92.1 | Igreja Jerusalém da Grandeza de Deus | FM |
| Canaã FM (Local) | 93.5 | Assembleia de Deus – Ministério Canaã | FM |
| Templo Central FM (Local) | 97.3 | Assembleia de Deus – Templo Central | FM |
| Nossa Rádio (Parcialmente local) | 97.7 | Igreja Internacional da Graça de Deus | FM |
| Rede Aleluia (Retransmissora) | 99.9 | Igreja Universal do Reino de Deus | FM |
| Logos FM (Local) | 102.3 | Comunidade Cristã Logos | FM |
| Rádio Vida (Local) | 102.9 | Ministério Nova Vida | FM |
| Jesus FM (Local) | 105.1 | Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo | FM |
| Rádio Uirapuru (Local) | 760 | Igreja Universal do Reino de Deus | AM |
| Deus é Amor / A voz da Libertação (Retransmissora) | 1300 | Igreja Evangélica Deus é Amor | AM |

Fonte: Adaptado de Tudo Radio.com (2015).